



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JULIANA ABRUNHOSA RESENDE SOUZA**

**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DA UFT E IFTO: A VISÃO DOS ACADÊMICOS EM EVIDÊNCIA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2017**

JULIANA ABRUNHOSA RESENDE SOUZA

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DA UFT E IFTO: A VISÃO DOS ACADÊMICOS EM EVIDÊNCIA

Monografia apresentada à UFT –  
Universidade Federal do Tocantins –  
Campus Universitário de Miracema, como  
requisito para obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social, sob  
orientação da Prof<sup>a</sup>. Msc. Silvia Regina da  
Silva Costa.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S729e Souza, Juliana Abrunhosa Resende.  
Um estudo comparativo entre as políticas de assistência  
estudantil da UFT e IFTO: a visão dos acadêmicos em evidência . /  
Juliana Abrunhosa Resende Souza. – Miracema, TO, 2017.  
73 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2017.  
Orientadora : Silvia Regina da Silva Costa
1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Política de assistência  
estudantil. 4. UFT - IFTO. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JULIANA ABRUNHOSA RESENDE SOUZA

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DA UFT E IFTO: A VISÃO DOS ACADÊMICOS EM EVIDÊNCIA

Monografia apresentada à UFT –  
Universidade Federal do Tocantins –  
Campus Universitário de Miracema, como  
requisito para obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social, sob  
orientação da Prof<sup>a</sup>. Msc. Silvia Regina da  
Silva Costa.

Data de apresentação 10/10/2017

Banca examinadora:



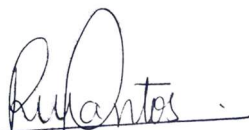
---

Prof.ª MSc. Silvia Regina da Silva Costa – Orientadora - UFT



---

Prof.ª Dr.ª Maria Helena Cariaga – Avaliadora – UFT.



---

Prof. Dr.ª Rosemeire dos Santos – Avaliadora – UFT.

E que houve momentos perfeitos que passaram, mas não se perderam, porque ficaram em nossa vida; que a lembrança deles nos faz sentir maior a nossa solidão; mas que essa solidão ficou menos infeliz: que importa que uma estrela já esteja morta se ela ainda brilha.

T. Rosa Marques, *in memoriam*

Rubem Braga

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o maior mestre que alguém pode conhecer, que me carregou no colo por essa jornada de intensas batalhas e gloriosa vitória.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai e aos meus avôs “José” e minha avó “Crisolita”, minha heroína, minha guerreira, que sempre me incentivou nas horas difíceis de desânimo e cansaço, em quem me espelho para me tornar uma pessoa melhor.

Aos meus irmãos, que ao longo desta jornada se casaram e me presentearam com minhas princesas e com meu príncipe (Laura, Lavínia, Fernanda, Matheus), a vocês deixo o exemplo de que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Meus agradecimentos a alguns amigos que são mais chegados que irmãos: Drika Tavares, Soraia (minha irmã, sem você não teria conseguido essa vitória), Cidinha, Sandra, Karina, Raquel, Dalsiza, e o bendito ao fruto Well (meu parceiro de todas as horas), a Deusirene pela dedicação aos estudantes do curso de Serviço Social, a vocês meus companheiros de trabalho e amigos que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com toda certeza.

Aos professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter no processo de formação profissional, não somente por terem me ensinado, mas por terem feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados, aos quais gostaria de agradecer a minha orientadora Msc. Silvia Regina que me orientou não apenas neste trabalho mais em diversos outros projetos nessa trajetória, a Dr<sup>a</sup> Maria Helena Cariaga, a qual tenho um imenso respeito e gratidão, as professoras Msc. Amanda Elisa, Dr<sup>a</sup> Célia Albiero, Dr<sup>a</sup> Márcia Machado e Dr<sup>a</sup> Rosemeire dos Santos, o meu eterno agradecimento.

A todos que fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

[...] A vida me ensinou a nunca desistir  
Nem ganhar, nem perder, mas  
procurar evoluir  
Podem me tirar tudo que tenho  
Só não podem me tirar as coisas boas  
Que eu já fiz pra quem eu amo  
E eu sou feliz e canto  
O universo é uma canção  
E eu vou que vou

História, nossas histórias  
Dias de luta, dias de glória  
Histórias, nossas histórias  
Dias de luta, dias de glória

(Charlie Brown Jr.)

## RESUMO

A universidade no Brasil tem sua origem vinculada aos interesses elitistas, onde os primeiros cursos superiores eram voltados apenas para a classe dominante do país, porém a maioria desses estudantes iam realizar sua formação nas grandes universidades europeias, frente a isso, somente no século XX, que se institui a primeira universidade em solo nacional, e sob as circunstâncias da necessidade de concessão do título de doutor honoris causa ao rei da Bélgica. Os interesses de expansão do ensino superior estiveram em segundo plano em quase toda a história do Brasil, e com elevada seletividade o acesso se restringiu a poucos, e nesse contexto, a política de Assistência Estudantil não possuía um plano específico de atuação, mas com a expansão do Ensino Superior a partir dos primeiros anos do século XXI, se tornou fundamental para a permanência do novo público que começou a frequentar a universidade. Isto posto, o que propomos analisar no presente trabalho os Programas de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior de Palmas, UFT e IFTO, com a finalidade de verificar as diferenças e níveis de efetividade da política frente a realidade dos acadêmicos dos cursos de graduação das duas instituições, para tanto, essa pesquisa utilizou-se de metodologia de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, no qual se deu pela aplicação de questionários aos beneficiários dos programas que formam a referida política de cada instituição.

**Palavras-chaves:** Assistência Estudantil. UFT. IFTO. Permanência.



## **ABSTRACT**

The university in Brazil has its origin linked to the elitist interests, where the first higher courses were directed only to the dominant class of the country, but most of these students were to carry out their formation in the great European universities, in front of this, only in Century XX, that the first university is established on national soil, and under the circumstances of the need to grant the title of doctor honoris causa to the King of Belgium. The expansion interests of higher education have been in the background for almost the entire history of Brazil, and with high selectivity, access was restricted to a few, and in this context, the Student Assistance policy did not have a specific plan of action, but with the expansion of Higher Education from the first years of the twenty-first century, became fundamental for the permanence of the new public that began to attend university. This point, what we propose to analyze in the present work the Student Assistance Programs of the Federal Institutions of Higher Education of Palmas, UFT and IFTO, with the purpose of verifying the differences and levels of effectiveness of the policy against the reality of the undergraduate students of the two institutions. For this purpose, this research was based on bibliographic, documentary and field research methodology, in which the questionnaire was applied to the beneficiaries of the programs that form the said policy of each institution.

**Keywords:** Student Assistance. UFT. IFTO. Permanence.

## **LISTA DE SIGLAS**

UFT – Universidade Federal do Tocantins

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

UNE – União Nacional dos Estudantes

MEC – Ministério da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

IFES – Instituto Federal de Ensino Superior

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil

UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins

PT – Partido dos Trabalhadores

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A UNIVERSIDADE E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>A Educação Superior no Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Aspectos históricos da assistência estudantil no Brasil.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFT E IFTO NA VISÃO DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1</b>	<b>Assistência estudantil: Uma comparação entre os programas da UFT e IFTO.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1.1</b>	<b>O Instituto Federal do Tocantins e a Política de Assistência Estudantil.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1.2</b>	<b>A Universidade Federal do Tocantins e o Política de Assistência Estudantil.....</b>	<b>46</b>
<b>3.2</b>	<b>A Política de Assistência Estudantil na visão dos acadêmicos da IFTO.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3</b>	<b>A Política de Assistência Estudantil na visão dos acadêmicos da UFT.....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
	<b>APENDICES.....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso - TCC tem como proposta realizar reflexões acerca do Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) no Campus de Palmas - Tocantins, tomando como referência a importância de tal política para a permanência dos estudantes de baixa renda nas citadas instituições, neste norte, buscaremos trazer ponderações que evidenciem as diferenças entre os programas de assistência estudantil da UFT e IFTO, com o intuito de avaliar os impactos na permanência dos estudantes em ambas as instituições.

Atrelada a política de assistência estudantil à necessária manutenção dos estudantes no ensino superior, importantes reflexões se põem a nossa frente. Obviamente, no cenário onde impera o modo de produção capitalista, se faz presente inúmeras correlações de forças entre o mercado e os direitos sociais, nessa perspectiva, nossa análise irá levar em consideração toda conjuntura política e econômica, que corrobora para a mitigação ou ampliação dos mecanismos que visem dar certo nível de apoio aos estudantes empobrecidos na educação superior, permitindo que os mesmos consigam terminar de forma satisfatória sua trajetória acadêmica.

Nos últimos 10 anos houve um avanço na democratização do acesso ao ensino público superior no Brasil, com a abertura de mais universidades federais, e a criação de institutos federais de educação técnica e superior, bem como, o fortalecimento das políticas de cotas nas universidades federais, existindo várias modalidades de cotas, a saber, para estudantes negros, indígenas, de baixa renda e para aqueles que cursaram integralmente o ensino básico em estabelecimentos públicos de ensino.

Porém, a garantia do acesso ao ensino superior não significa a permanência das estudantes. Vários fatores convergem de forma negativa para que os estudantes provenientes das camadas mais subalternas da sociedade, não consigam chegar ao final do curso, ou terminar o curso de forma satisfatória. Nesse sentido, não cabe a universidade apenas garantir o acesso dos estudantes empobrecidos na educação superior, mas cabe também garantir a permanência desse estudante, pois só assim podemos afirmar que o acesso à educação superior de fato tem se democratizado, portanto a política de assistência estudantil é indissociável do direito à educação.

Assegurar a assistência estudantil não significa afiançar privilégios, e muito menos garantir direitos a mais, à franja social, atendida pelos programas assistenciais, porém significa equalizar as oportunidades, tratar com equidade os desiguais<sup>1</sup>, propiciando o protagonismo daqueles, que socialmente, se encontram na falta de condições de acesso às benesses produzidas pela sociedade capitalista.

Em uma sociedade onde as desigualdades sociais são acirradas, fruto da relação complexa entre o plano econômico, político e cultural e as compreensões sobre tal situação são bastante distintas (...), a universidade é tomada como elemento central de reflexão, mais especificamente, o debate acerca de sua democratização, já que tal instituição exprime muito dos conflitos, opiniões e contradições da sociedade da qual participa e a qual constitui (MAYORGA, COSTA; CARDOSO, 2010, p. 19).

A constituição da universidade nos determina uma síntese especial de responsabilidade, no debate que concerne à democratização do ensino superior, pois cabe radical compreensão acerca dos processos sociais, econômicos e culturais, que culminaram ao longo do tempo na elitização do ensino superior, que ficou restrito àqueles que possuíam acesso as mamatas do capital.

A desigualdade social, por sua vez, excluiu e marginalizou a maior parte da sociedade, distanciando a classe trabalhadora da educação superior. O descaso com a da educação básica, deixou a classe trabalhadora despossuída das condições primárias de acesso à universidade, de tal ordem, que até os dias atuais, mesmo com os avanços promovidos na última década, é possível afirmar que a universidade ainda se encontra em sua forma elitizada.

Sob tal realidade recai, o peso do debate sobre cotas e ampliação de vagas no ensino superior público, e a criação e efetivação dos programas de assistência estudantil. Programas que permitiram o acesso da classe trabalhadora a universidade, não obstante, cercada de polêmicas e calorosos debates. A elite que hegemonicamente sempre habitou as universidades públicas, não suporta “dividir” tal espaço. Essa máxima é tão real e pode ser verificada nos noticiários veiculados na mídia nacional, que apresentam diversos relatos de estudantes de baixa renda,

---

<sup>1</sup> Aqui desigualdade é entendida como as múltiplas diferenças socioeconômicas existentes entre os mais variados nichos sociais que compõe a totalidade dos estudantes nas instituições de ensino superior.

indígenas e cotistas, que são vítimas de diversos tipos de preconceitos e atos discriminatórios.<sup>2</sup>

Em tal realidade, o acesso democrático a universidade, não é somente a garantia da vaga, mas a garantia total de condições que salvaguardam o direito ao pleno gozo da vida acadêmica e a sua permanência, nesse viés, é que surge a política nacional de assistência estudantil, no qual sua importância está determinada pelo perverso cenário de desigualdade social, constituído em nossa sociedade.

O nosso objetivo, em termos gerais, é conhecer e analisar a política de assistência estudantil da UFT e IFTO do campus de Palmas, elencando as suas principais diferenças e os impactos na permanência do estudante de baixa renda nestas instituições. Com esse caminho delineado, a objetivação específica da pesquisa visa fundamentalmente: Compreender as diferenças e semelhanças entre os programas de assistência estudantis da UFT e IFTO; avaliar a efetividade e eficácia dos programas de assistência estudantil da UFT e IFTO, e por fim, refletir sobre a importância dos programas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes até a conclusão do curso na UFT e IFTO.

Para a realização da pesquisa, algumas questões foram elencas como norteadoras para tal propósito, a saber: Como estão sendo concretizadas na UFT e IFTO a política de assistência estudantil? Os programas de Assistência Estudantil estão garantindo a permanência e acesso dos estudantes nas instituições pesquisadas? O valor recebido pelos estudantes é suficiente ou insuficiente para que o mesmo possa se manter na universidade? O plano de assistência estudantil da UFT e IFTO, estão em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado em 2010?

Este trabalho se encontra estruturado em dois capítulos, que estão divididos da seguinte forma: no primeiro capítulo, traremos um ensaio histórico da política de assistência estudantil no Brasil e do surgimento dos primeiros cursos superiores até a criação das universidades como nos dias atuais. No segundo capítulo buscamos realizar uma comparação descritiva da forma como se encontra estruturada a Assistência Estudantil na UFT e IFTO e por fim, com base nas respostas dadas

---

<sup>2</sup> A exemplo do que estamos a falar, segue os dois noticiários vinculados recentemente na mídia e que evidencia tais fatos: “Aluna de baixa renda denuncia preconceito sofrido em sala na UFPA” disponível em <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/08/aluna-de-baixa-renda-denuncia-preconceito-sofrido-em-sala-na-ufpa.html>>; “Geração cotista relata preconceito e choque de realidade” disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,1-geracao-cotista-relata-preconceito-e-choque-de-realidade,10000073956>>.

pelos estudantes aos questionários aplicados, procuramos definir a visão dos estudantes sobre a política, em cada uma das duas instituições.

## 2 A UNIVERSIDADE E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

[...]  
*Eu gosto dos professores e eu preciso de um  
 mestre  
 Mas eu prefiro que eles me ensinem alguma  
 coisa que preste  
 - O que é corrupção? Pra que serve um  
 deputado?  
 Não me diga que o Brasil foi descoberto por  
 acaso!  
 Ou que a minhoca é hermafrodita  
 Ou sobre a tênia solitária.  
 Não me faça decorar as capitâneas  
 hereditárias!! (...)  
 Vamos fugir dessa jaula!*

**(Gabriel O Pensador)**

### 2.1 A Educação Superior no Brasil

No que tange discorrer sobre a educação superior no Brasil, faz – se necessário entendermos a história da universidade no Brasil e suas atuais configurações e as necessidades da solidificação de eficazes ações de assistência estudantil. Como já dito nesse trabalho, a universidade se constitui em um espaço elitizado, mas que ao longo dos últimos anos passou por significativo processo de democratização no que diz respeito ao seu acesso, nesse bojo, temos como intuito definir, a partir de uma análise histórica, quais as raízes para que a universidade adquirisse tal característica, e a partir de tal compreensão, poderemos então entender o porquê da afirmação de que a universidade passou por um processo de democratização no seu acesso, mesmo ainda sendo evidente que se trata de um espaço com larga seletividade e, de um ponto de vista mais global, de difícil acesso para a classe trabalhadora.

A educação superior no Brasil, remonta aos tempos do período colonial, e não tem sua gênese colada ao surgimento das universidades no Brasil, pois os primeiros cursos superiores no Brasil se concentravam em outros tipos de instituições de ensinos da época. Portanto, no Brasil colonial era inexistente a universidade, condição que se difere do restante da América, que sob domínio espanhol, esta já possuía suas primeiras universidades.



Por outro lado, é possível afirmar que as escolas da época foram implantados os primeiros cursos de educação superior, eram para o período colonial o que a universidade é para os tempos contemporâneos. Porém, é salutar destacar que em termos institucionais não há identidade entre as referidas instituições, mas tal comparação se dá no âmbito organizativo operativo do ensino superior, ou seja, em cada tempo, se situa como organismos de operacionalização de cursos de educação superior no Brasil.

A configuração tardia de implantação dos cursos superiores no Brasil se cimentava na ideia de que seria mais proveitoso para aqueles que concluíam o ensino básico no Brasil, cursar o nível superior nas universidades de Portugal, uma vez que esse público pertencia a dinastia real portuguesa ou a pessoas ligadas a elite governante da época e eram considerados portugueses, o fato de terem nascido em solo brasileiro, não retirava a nacionalidade portuguesa, apenas se endossava que se tratava de portugueses nascidos no Brasil.

Já aí se percebe que na lógica colonial, a educação superior se destinava somente aqueles que pertenciam a elite dominante da época, e que tenham plenas condições de ir para o continente europeu a fim de concluir seus estudos. Havia então no Brasil colônia e dependência em relação a universidade de Coimbra, que a rigor era a única instituição universitária situada em solo português.

De acordo com Mendonça (2000), a Universidade de Coimbra, foi até o início do século XIX, a *universidade brasileira*, haja vista, que havia sido graduado nela mais de 2.500 jovens nascidos em território brasileiro. Teixeira (1999) acentua que até a independência do Brasil, quando se era membro da elite, não havia diferença entre os brasileiros e portugueses, portanto, os brasileiros que estudavam na universidade de Coimbra não eram considerados estrangeiro. Coimbra possuía centralidade na formação da elite que morava no Brasil.

Devido a essas especificidades não havia interesse, por parte do domínio português no Brasil, de se instituir universidades em “terras tupiniquins”, remonta a esse período o caráter elitista dos cursos superiores no Brasil. De acordo com Villalta (1967), a dependência em relação a universidade de Coimbra era necessária, pois se conformava em feito crucial do pacto colonial.

A resistência portuguesa em oferecer todos os níveis de formação aos jovens nascidos em território brasileiro era de manter a dependência da colônia aos seus domínios, fato explícito de forma contundente em documento do Conselho

Ultramarino de Portugal transcrito por Lacombe, quando em resposta a possibilidade de implantação de aulas atípicas àquelas existentes nos colégios da época escreve:

Que poderia ser questão política se convinhassem estas aulas de artes e ciências em colônias..., que podia relaxar a dependência que as colônias deviam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das nossas colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal; que este vínculo não se devia relaxar;... que [o precedente] poderia talvez, com alguma conjuntura para o futuro, facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência... até chegar ao ponto de cortar este vínculo de dependência. (LACOMBRE, 1969, p. 361).

Isso justifica o aparecimento tardio dos cursos superiores no Brasil, que só no ano de 1808, com o aporte da família real na Bahia, tem-se a solicitação da criação de uma universidade literária, mas que foi negada pelo príncipe regente, todavia, o príncipe decide instituir um curso de cirurgia, anatomia e obstetrícia, que atendia ao pedido de José Correa Picanço, um cirurgião-mor do Reino, que era um dos nascidos no Brasil e formados em Coimbra (MENDONÇA, 2000).

A criação desses cursos estava diretamente ligada as preocupações com as necessidades militares da colônia, então com a transferência da Corte portuguesa da Bahia para o Rio de Janeiro, essas instituições de cursos superiores também foram transferidas para a nova sede da Corte.

Ainda no ano de 1808, cria-se, no Rio de Janeiro, a Academia de Marinha, e, em 1810, a Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Também em 1808, criaram-se os cursos de anatomia e cirurgia, para a formação de cirurgiões militares, que se instalaram, significativamente, no Hospital Militar (como também era o caso do curso da Bahia, citado anteriormente). A esses cursos, de início simples aulas ou cadeiras, acrescentaram-se, em 1809, os de medicina e, em 1813, constituiu-se, a partir desses cursos, a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1981, p. 134).

Depois disso, outros cursos foram surgindo no Rio de Janeiro e na Bahia, e também em pequena escala, alguns cursos avulsos foram criados em outras regiões do Brasil, como em Pernambuco no ano de 1809, em Vila Rica nos ides de 1817 e em Paracatu nas Minas Gerais em 1821, mas a construção desses cursos fora marcada pela “preocupação pragmática de criar uma infra - estrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia” (MENDONÇA, 1993, p. 134).

Com a independência política do Brasil em 1822, os cursos criados pela colônia continuaram a existir, mas nesse período foi mínima a expansão do ensino

superior, e fica restrita à apenas na criação de alguns cursos na área jurídica em São Paulo e Olinda no ano de 1927, e já no final no segundo império, na instituição da Escola de Minas em Ouro Preto, que nasce fruto do esforço de D. Pedro II, visando acelerar o surto econômico decorrente da Guerra do Paraguai.

Nos anos que seguiram as demandas por universidades no Brasil não desapareceram, mas todas as tentativas não obtiveram êxito, e somente após a promulgação da república, que o ensino superior no Brasil passa por mudanças significativas, nesse contexto, a constituição de 1891, delimita que o ensino superior deve ser cultivado como pertença do Estado, mas não com exclusividade (FÁVERO, 2006).

Desse modo, com a denominada Reforma Rivadária Corrêa, no ano de 1911, tem-se instituído o ensino livre, nesse momento a atribuição por criar e manter as universidades sai da órbita federal e se torna temporariamente de responsabilidade dos estados, com essa condição “surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná como instituições livres” (FÁVERO, 2006, p. 21).

Até nesse momento da história do Brasil não haviam sido criadas universidades pelo governo federal, porém no ano de 1915, se tem avanço com relação a implantação da primeira universidade do Brasil – dirigida sob a égide do governo federal – quando é instituído o Decreto 11.530, que trata da criação de uma universidade, e que define no seu art. 6º que,

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar (BRASIL, 1915).

Com essa diretriz, em 1920 por meio do Decreto 14.343, é criada a Universidade do Rio de Janeiro, que é então a primeira instituição de ensino superior com status de universidade, criada pelo governo federal, e reúne as faculdades já existentes, ou seja, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, há a unificação de três escolas tradicionais, a saber, àquelas já especificadas no art. 6 do Decreto 11.530.

Nesse momento da história vemos o primeiro grande passo em direção a expansão do ensino superior no Brasil. A criação da primeira universidade no Brasil

significou o ponto inicial para a implantação de muitas outras, com diversos cursos, até então, inexistentes no país. Portanto, a criação da universidade do Rio de Janeiro é a ultrapassagem de um modelo de educação superior com rele interesse do Estado, para um projeto de consolidação da educação superior pública.

Mas esse avanço, não se deu de forma imparcial, é possível verificar a existência de interesses subjacentes, de acordo com Soares (2002), um desses motivos foi a vinda do Rei Belga ao Brasil, com o intuito de realizar investimentos no país, todavia, seria interessante para esse personagem, o título de Doutor Honoris Causa, em alguma universidade no Brasil, tem-se então a necessidade de criar uma instituição para esse fim, eis aí que surge a primeira universidade brasileira, no qual mais tarde outorga ao referido Rei o título de Doutor Honoris Causa.

No ano de 1931, sob a égide do então presidente Getúlio Vargas, é instituído pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o Estatuto das Universidades. Esse decreto foi proposto pelo então ministro do recém-criado Ministério de Educação e Saúde, Francisco Campos, e dava nova orientação para os rumos da universidade no Brasil, definia que a universidade poderia ser pública, sob os ditames da união, estado ou municípios como também poderiam ser particulares, nesse caso denominadas de universidades livres.

No artigo primeiro do referido decreto, ficava definido que:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931).

Dessa forma a universidade deixou de ser um conjunto de faculdades isoladas, mas adquiriu em sua função, características que iam para além do ensino em sala de aula, agora também é dada ênfase a pesquisa e a difusão de cultura. É nessa direção que foram surgindo ao longo dos anos as novas universidades no Brasil.

Na década de 70, já havia no Brasil, ao mínimo uma universidade federal em cada estado da federação, além de diversas universidades estaduais e municipais e privadas. Os avanços decorridos até essa década demarcou na história da

universidade no Brasil, novos caminhos o ensino superior, pois trouxe a sua consolidação por meio de universidades espalhadas por todo o território. É nesse contexto de expansão que é criada em 1961 a Universidade de Brasília, essa que foi a primeira universidade que não foi criada a partir da junção de faculdades já existentes.

No período da ditadura militar (1964 a 1985), as universidades no país passaram por mudanças em seu contexto operacional. Nesse momento as instituições de ensino sofreram por parte do governo uma espécie de mordada, o que significou o cerceamento da liberdade do professor a transmitir conhecimento, e também dos estudantes a desenvolverem uma consciência mais crítica. As universidades passaram a ser monitoradas pela ditadura a fim de coibir qualquer ação que pudesse gerar atos de subversão.

No entanto, foi durante a ditadura militar que foi aprovada a Lei nº 5540/68, denominada de Lei da Reforma Universitária, essa normativa estabeleceu que entre ensino, pesquisa e extensão, deveria haver uma relação indissociável, além de introduzir para corpo docente maior importância para a formação técnica. “A reforma extinguiu a catedral, unificou o vestibular e aglutinou as faculdades em universidades para a melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade” (ARANHA, 2006, p. 317), porém a autonomia universitária se viu inviabilizada diante do contexto de repressão.

Nos anos 70, houve uma “explosão” de vagas para o ensino superior. De acordo com Vasconcelos (2010), a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o governo, sem condições de atender a demanda, permitiu que o Conselho de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Esse aumento sem planejamento resultou em insuficiência de fiscalização por parte do poder público e na queda da qualidade de ensino. Também houve mudança na forma de seleção, passando a prova a ser de múltipla escolha (VASCONCELOS apud SILVEIRA, 2012, p. 32).

Nessa mesma época em que houve esse aumento significativo de vagas no ensino superior, há também a vasta expansão do setor privado, que promove a criação de incontáveis instituições de ensino superior, e como resultante desse processo, Silveira (2012), verifica que no ano de 1980, mais da metade dos estudantes matriculados no ensino superior, estavam a estudar em instituições privadas. Dada essa proporção, Soares (2002), observa que nessa época no Brasil

havia sessenta e cinco universidades públicas e mais de oitocentos estabelecimentos privados de ensino superior.

Com o fim da ditadura e com a promulgação da nova constituição em 1988, o Brasil passa por profundas mudanças econômicas e sociais, dada as novas configurações políticas que o país presenciava e o novo texto constitucional que preconizou grandiosos avanços nas áreas sociais, e ao tratar da educação superior, traz em seu artigo 207 que:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 vem estabelecer as finalidades do ensino superior com vistas ao proposto na carta magna de 1988, e estabelece também algumas ações no sentido de melhorar a qualidade do ensino oferecido, nesse sentido, fica definido que o corpo docente das instituições, denominadas de Universidade, deve conter em seu quadro de professores no mínimo um terço dos professores com o título mínimo de mestre, como também um terço dos docentes devam estar sob regime contratual de dedicação exclusiva. Essas condições estão condicionadas as mudanças que dizem respeito a avaliação dos cursos e das universidades, conforme ficou estabelecido na LDB de 1996.

No governo Fernando Henrique Cardosos, não houve grandes avanços em relação a expansão do ensino superior, as ações se esgotaram na criação de alguns novos cursos nas universidades já existentes. Mas é importante destacar o Plano Nacional de Educação aprovado em 09 de janeiro de 2001, que estabelece as diretrizes para o financiamento da educação, dada as especificidades de cada modalidade.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, viu - se nos anos que se seguiram importantes avanços na expansão do ensino superior, foram criados novos cursos e novas universidades em todo o Brasil, e conseqüentemente houve grande aumento no número de vagas. Foram desenvolvidos programas que promoveram larga inclusão da classe trabalhadora na educação superior, como o PROUNI e o FIES.

Essas marcas do governo petista assinalaram uma nova fase na educação superior brasileira, a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Contudo, isso significou passos em direção a democratização de acesso à educação superior, nesse lapso, destacamos que essas medidas trouxeram ao ensino superior novas demandas, e segundo qual, demandou novos investimentos, principalmente com a assistência estudantil. Mas os avanços ainda estão longe de transformar a universidade em uma instituição verdadeiramente democrática, para isso o caminho a ser percorrido ainda é longo.

Finalizo esse tópico parafraseando Anísio Teixeira, quando esse grande educador diz que a verdadeira reforma universitária deve iniciar de dentro e nunca de fora, deve ser fruto de longos debates com resultados que devem ser consensos do magistério. Mas o que houve ao longo da história foram mudanças impostas de fora, não houve debate com estes protagonistas da educação superior, e muito menos a observância das verdadeiras demandas pelo acesso à educação superior. Acima de tudo isso, o que sempre dominou foram os interesses de uma classe ou de grupos dominantes.

## **2.2 Aspectos históricos da assistência estudantil no Brasil**

A assistência estudantil no Brasil se caracteriza como uma política descentralizada de auxílio ao estudante do ensino superior, que objetiva dar certo nível de apoio ao estudante durante seu tempo de universidade, com fim a promover os subsídios necessários para a sua permanência nos estudos. Sua condição histórica se alinha as primeiras formas de ajuda ofertadas pelo governo brasileiro aos estudantes.

Nesse intervalo, podemos datar o ano da primeira prática de assistência estudantil no Brasil, como o ano de 1928, quando no governo do presidente

Washington Luís, foi construída e inaugurada em Paris a casa do estudante brasileiro. Essa casa era destinada aos estudantes brasileiros que iam estudar em Paris, mas tinham dificuldades em estabelecer moradia na capital francesa. No entanto, cabe ressaltar que essa assistência estudantil, era voltada para as elites brasileira, uma vez que, naquele momento, somente os filhos das classes dominantes tinham condições de conseguir vagas de estudos fora do Brasil (ARAUJO, 2007).

Em solo brasileiro, no ano de 1930 é construída no Rio de Janeiro a casa do estudante do Brasil, e era destinada a estudantes com poucas condições de vida material, portanto se caracterizava como uma entidade de apoio e solidariedade aos estudantes. Essa casa era mantida por doação provenientes do governo federal, principalmente com o governo Vargas, que fez amplo investimento por meio de doações.

Cabe um destaque no sentido de apontar que tais auxílios não se caracterizavam, como uma política de assistência estudantil, não se tinha ainda normas legais que definiam a aplicação desse tipo de assistência, consistiam então em minúsculas ações do Estado para favorecer uma ínfima e seletiva quantidade de estudantes, em geral, pertencente a elite da época.

Porém em 1931 o governo Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 19851/1931, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, tem-se o reconhecimento da Assistência Estudantil nas referidas instituições, portanto, agora se trata de uma política social voltada a atender determinadas necessidades dos estudantes de nível superior, conforme se verifica em seu artigo 108:

**Art. 108.** Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

**Parágrafo único.** A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931).

Nesse decreto, ainda eram tímidas as ações voltadas a assistência estudantil, mas já na época se caracterizava como um significativo avanço, pois trazia em sua essência o princípio da justiça e oportunidade, obviamente, cabe uma compreensão



mais radical quanto a essa caracterização, pois é sabido, que em tal momento histórico, as universidades, possuíam em seu âmago caráter elitizado, não obstante, aqueles que se encontravam nesse espaço, e assim ainda cumpria o papel no qual daria origem a universidade no Brasil, que era promover a educação superior para os filhos da elite nacional.

Portanto, a assistência estudantil promulgada nesse decreto, nada mais é, que uma política para assegurar, a alguns poucos – que na prática não precisaria de recursos financeiros para se manter no ensino superior – terem cada vez mais privilégios, mas desta vez, como uma política de Estado. No entanto, o referido decreto, abarcava a concessão de bolsas de estudos e assistência médica e hospitalar.

Em 1934, com a instituição da nova constituição do Brasil, a Assistência Estudantil, ganha contornos mais amplos, e adquire um caráter mais descentralizado, e fica explícita, pela primeira vez, que agora visava abarcar estudantes com baixas condições financeiras, tem-se então a primeira ação do Estado brasileiro que dava apoio aos estudantes pobres nas universidades.

Conforme seu artigo 157, a educação agora é constituída como um direito universal, e que os estados e união, deveriam destinar fundos específicos para esse fim, e que conforme §2º do referido artigo, parte desse fundo deveriam ser destinados a garantir “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934).

Esses auxílios eram qualificados, por repasses financeiros, aos estudantes, essa é a primeira vez que temos no Brasil, ação com tal caracterização, portanto, essa é a gênese dos repasses que temos hoje na política de Assistência Estudantil, cujo, os repasses financeiros, é a forma mais recorrente de sua efetivação.

Outro marco importante na história da Assistência Estudantil no Brasil, é a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, sua criação se deu com apoio do Ministério da Educação (MEC) da época, e houve então a integração da UNE com a Casa do Estudante, onde ficou centrada sua sede administrativa, no entanto, pouco tempo depois, houve o rompimento entre a UNE e a casa do estudante, a motivação para tal fato, foi as largas divergências de opinião que se formara naquele espaço.

Entre os estudantes havia uma diversidade de opinião sobre a criação da UNE. Alguns não concordavam com a forma como tinha sido criada e entendiam que de fato a UNE fora criada no ano de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes. Nesse evento, foi aprovado um plano de reforma educacional que pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliando os estudantes com dificuldades econômicas, o que sinalizava o início de uma conscientização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras (SILVEIRA, 2012, p. 53).

A criação da UNE marca uma nova fase da trajetória histórica de luta dos estudantes, pois agora, os mesmos contavam com uma entidade representativa nacional, e que com o passar dos anos, ganhou contorno de movimento social, fato relevante ao movimento estudantil no Brasil, que ganha força e começa a lutar por profundas mudanças sociais no Brasil e no perfil da universidade.

Nesse período, a busca pela consolidação da assistência estudantil, assim como das políticas sociais num todo, passa a estarem atreladas as lutas sociais, que tem nos movimentos sociais, a pedra fundamental para sua expansão. Nesse momento, podemos associar a luta por uma política de assistência estudantil, a luta por direitos da classe trabalhadora. Contudo, se precisava desenvolver formas e estratégias para que a classe que vive do trabalho pudesse ganhar espaço na universidade, mas não só, deveria se criar condições para que a mesma se mantivesse nesse espaço, uma vez que, essa classe é a que se encontra excluída do acesso às diversas sinecuras sociais.

Em 1946, ao ser promulgada uma nova constituição no Brasil, é que se vê a consolidação da assistência estudantil, agora assentada sob sólidas bases de política de Estado, uma vez que, passa a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior no país e nos demais sistemas de ensino. O referido marco legal tem incorporado em seu artigo 172, as seguintes letras: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946).

Fica evidenciado, que nesse momento da história do Brasil, as políticas sociais, ganham importante relevo, começam a constar nos textos constitucionais, as primeiras formas de apoio à classe trabalhadora, no âmbito educacional e nas demais esferas sociais. Porém, é ainda insignificante a participação dos trabalhadores nas políticas voltadas ao apoio aos estudantes de nível superior. As condições da assistência estudantil no texto constitucional de 1946, ainda são muito

restritas a educação básica, pois aos trabalhadores o espaço na universidade era ainda quase inexistente.

Seguindo o curso da história, no ano de 1961, tem-se a criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB – Lei nº 4.024). A LDB estabelece novas diretrizes para a Assistência estudantil, pois nesse novo contexto, a assistência estudantil deixa de ser uma ajuda aos “desprovidos de riqueza”, e passa a fazer parte da política de educação, e torna-se um direito de todos, com acesso universal.

A LDB de 1961 estabelecia que:

**Art. 90.** Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

**Art. 91.** A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Com a LDB em evidencia, os movimentos estudantis, com a liderança da UNE, passam a debater mais profundamente a política de assistência estudantil, e se cria no ano seguinte uma comissão específica, dentro da UNE, para se debater de forma mais contundente os rumos que a assistência estudantil deveria tomar, haja vista, as demandas dos estudantes daquela época. Nessa discussão, os estudantes por meio de sua representatividade, passam a tencionar e cobrar do governo ações mais efetivas, no que concerne, a resolução das demandas estudantis no âmbito da assistência estudantil.

São levantadas reivindicações, tais como: assistência médica, assistência habitacional com a criação de casas de estudantes e o aumento do número de restaurantes universitário, entre outras (ARAÚJO, 2007). O intuito era criar condições de apoio imparciais para os estudantes na educação superior.

A partir de 1964, com a implantação da ditadura militar, toda a conjuntura política, econômica e social do país, sofre profundas mudanças, que visava adequar o Brasil a um certo padrão de desenvolvimento alinhado das elites internacionais e a superação de uma economia onde predominava o latifúndio. Com a chegada do governo ditatorial, a UNE deixa de existir legalmente, então, no âmbito da legalidade, os estudantes não possuem mais entidades de representação e de luta

por direitos. Com esse cenário, a educação passa por reformas de forma que a mesma se alinhe ideologicamente ao que pretendia os ditames da ditadura<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva, é escrita uma nova constituição, que é promulgada em 1967, essa que continua a assegurar a educação como direito de todos, e pela primeira vez é citado o termo “igualdade de oportunidade” que foi citado no seu artigo 168 “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967). Contudo, na prática não houve significativos avanços, devido à forma como foi conduzida a ditadura militar. Ademais, se manteve a obrigatoriedade dos sistemas de ensino promover meios de assistência estudantil, em seu artigo 169, §2º, fica estabelecido que “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967).

No entanto, segundo Lima (apud SILVEIRA, 2012 p. 54), isso era o que havia impetrado somente na letra da lei, “porém, na época, na prática era reduzido a quase nada, devido à hostilidade que a ditadura teve com a categoria estudantil, tendo em vista que os estudantes eram em sua maioria contrários ao regime militar”.

No ano de 1970, com o aval do governo federal, foi criado Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que objetivava nutrir em todo o país uma política de assistência estudantil no campo da educação superior, e priorizava programas voltados à alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Contudo, nos governos sucessores, a DAE é extinta.

Ainda nessa mesma década,

Através do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, era instituído o Programa Bolsa de Trabalho, em nível nacional, para os estudantes, numa perspectiva de inserção destes ao processo de integração do desenvolvimento econômico-social do país, devendo ser priorizados os alunos que comprovassem “carência de recursos financeiros” (SILVEIRA, 2012, p. 55).

Contudo, somente com a recendência da UNE e com a revogação do Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que extinguiu a UNE, é que as discussões em torno da assistência estudantil ganham maior relevância nesse

---

<sup>3</sup> Vide aprofundamento em Paulo Netto, 2004.

período, e os estudantes novamente entram em cena na busca pela ascendência de ações voltadas ao acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação superior, momento marcado pela a realização do 1º Encontro de Casa de Estudantes.

Cabe destacar que de 1930 até início de 80, essas ações consideradas de assistência estudantil, não possuem ampla efetividade, era pouco expressiva seu reflexo na permanência dos estudantes na educação superior. Desse modo, podemos caracteriza-las como ações pontuais, que davam insuficiente nível de apoio aos estudantes. Para os estudantes de baixa renda, esse apoio se concentrava principalmente na educação básica, não alcançando nenhuma efetividade da educação superior.

Na linha do tempo da história, podemos demarcar esse período até início da década de 80 do século XX, como a primeira fase da assistência estudantil no Brasil, que se caracterizava pelo seu caráter pontual, paliativo e bem restrito. Os principais acontecimentos desse período seguem sistematizados no quadro a seguir:

**Quadro 01** – Primeira fase da assistência estudantil

Ano	Acontecimento
<b>1928</b>	Inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, para jovens que iam estudar na França.
<b>1930</b>	Inauguração da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro.
<b>1931</b>	Decreto 19.850/31, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior, tentativa de reconhecimento da Assistência Estudantil por meio da regulamentação da política de assistência estudantil brasileira.
<b>1934</b>	Regulamentação da assistência estudantil, no artigo 157 da Constituição Federal de 1934, inciso §2º.
<b>1937</b>	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).
<b>1946</b>	Constituição de 1946, artigo 166, a Educação é apontada como um direito de todos e a assistência estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino, através do artigo 172.
<b>1961</b>	Lei de Diretrizes e Bases – LDB / Lei nº 4.024– a Assistência Estudantil passa a ser vista como direito igual para todos os estudantes, isto é, como um direito inserido na política de

	educação e não mais como ajuda.
<b>1967</b>	Constituição Federal de 1967, no artigo 168, a educação é posta novamente como direito de todos e pela primeira vez é citado que ela deverá assegurar igualdade de oportunidades.
<b>1969</b>	Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, proibindo existência da UNE.
<b>1970</b>	Criação do Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, vinculado ao MEC, com o objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional.
<b>1972</b>	Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, instituindo o Programa Bolsa de Trabalho em nível nacional para os estudantes.
<b>1976</b>	1º Encontro de Casas de Estudantes

Fonte: Silveira (2012, p. 56).

De forma categórica, nesse período, a política de assistência estudantil, na prática se resumiu em poucas intervenções, que se deu de forma quase encoberta, haja vista, a educação superior ainda era privilégios de poucos, pois ficava restrita aos filhos da elite brasileira da época, todavia, esses tinham condições de manter sua vida universitária sem a necessidade de ajuda de custo do governo ou da necessidade da existência de uma política de assistência estudantil.

No período que compreendeu a ditadura militar, houve significativo aumento no contingente de vagas na educação superior no país, no entanto, não houve a democratização do ensino superior, pois o mesmo ainda se encontrava restrito a uma pequena parcela da população. O crescimento visto se alinhou ao crescimento econômico nacional, onde em todos os âmbitos, onde cabia o mercado, buscou-se a expansão em direção à modernização nacional.

O período que aqui denominaremos de segunda fase das políticas de assistência estudantil no Brasil, compreende a segunda metade da década de 80 do século XX, até os dias atuais. Marcadamente na década de 80 é lembrada pela ascensão do movimento de redemocratização do Brasil, e também por profundas

mudanças nas políticas sociais, momento que várias discussões foram levantadas em torno da educação.

Em 1985, o então ministro da educação, Marco Maciel, propõe a reformulação da política de educação, e apresenta sua proposta que recomendava novas direções para a educação superior no Brasil. Com a finalidade de se discutir essas possíveis mudanças é instituída a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira, que discutiu e propôs a “recuperação e conservação de prédios, refeitórios e residências estudantis e criação desses serviços em Instituições de Ensino Superior” (LIMA, apud SILVEIRA, 2002, p. 58). No entanto, as proposições construídas por essa comissão não chegaram a ser efetivadas.

Quanto a permanência dos estudantes nas universidades, essa era uma questão que começava a ser amplamente debatida desde o início da década de 1980 pelos estudantes, e ganha força em 1987, com a criação Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que tinha em sua composição os Pró-Reitores das instituições federais de ensino superior do Brasil, bem como, coordenadores e responsáveis pelas ações de assistência estudantil das universidades federais, e visava discutir e fortalecer as políticas de permanência dos estudantes na educação superior, tendo como objetivos:

- Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social;
- Proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição;
- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e,
- Contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FINATTI & ALVES, 2008, p. 195).

Dessa forma, buscava-se debater os rumos da política de assistência estudantil, para que fosse possível promover uma maior efetividade nas ações, e promoção de maior democratização do acesso ao ensino superior. Com isso, intentava-se, também, levantar discussões em torno da manutenção dos estudantes nas instituições federais de ensino superior, uma vez que, não bastava somente democratizar o acesso em termos de ampliação no quadro de vagas, mas seria preciso assegurar que esses estudantes permanecessem no meio universitário.

Nas discussões do FONAPRACE, era consenso as dificuldades que as instituições ensino superior – IES estavam encontrando para manter os alunos matriculados, por essa razão salientavam a importância da política de assistência estudantil. Argumentavam, ainda, que para ser efetivada a redemocratização da universidade era imprescindível garantir a permanência dos estudantes de baixa renda (SILVEIRA, 2012, p. 59).

Os eixos de discussões levantados pelo FONAPRACE, ganha fôlego maior, como a promulgação da constituição de 1988, denominada de constituição cidadã, que trouxe ao Brasil fundamentos para a democratização de acesso a direitos fundamentais pela via da universalização e ascensão de práticas democráticas de gestão institucional, onde o Estado promove uma formação voltada ao desenvolvimento do cidadão.

No referido texto constitucional, o direito a educação é sustentado em bases sólidas, e designado como universal e gratuito, no seu artigo, 206, item I, fica estabelecido a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Condição reafirmada na LDB de 1996, que estabelece no seu Art. 3º, que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

E sobre esses princípios, corrobora - se que:

A igualdade de oportunidade constitui um princípio que, segundo seus ideológicos, tem como objetivo possibilitar a determinados segmentos que se encontram em situação de vulnerabilidade sociocultural, condições equivalentes àquelas que, supostamente, já transitam como sujeitos de direitos. Em tese, por esse princípio, os indivíduos devem partir de uma posição social igual para que consigam atingir seus objetivos pessoais, profissionais, enfim, para que possam, como iguais, se mover no cotidiano. (SANTOS, 2010, p. 180).

Na direção das discussões em torno da assistência estudantil e da percepção da democratização do acesso ao ensino superior público, o FENAPRACE, elabora em 1996 uma pesquisa denominada, “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras” que tinha como objetivo, realizar um estudo que abarcasse condições de caracterizar o perfil do estudante brasileiro de graduação, haja vista, o dimensionamento da assistência estudantil existente, e o levantamento de demandas estudantis no âmbito da permanência dos estudantes na educação superior.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que “44,29% alunos das IFES brasileiras encontram-se nas categorias C, D e E; 43,11% nas categorias B e



apenas 12,6% do alunado das IFES estavam na categoria A” (SILVEIRA, 2012, p. 61). Dado que revela que naquela época, a universidade no Brasil, já tinha como público um perfil não mais elitizado, o que evidenciou a ideia que a universidade ainda seria só para membros de famílias burguesas.

A mesma pesquisa ainda revela que apenas 12% dos estudantes recebiam algum tipo de atendimento social, porcentagem mínima em relação a quantidade de alunos que poderia ser considerado de baixa renda. Essa pesquisa reacende a urgência de se pensar uma política de assistência estudantil mais ampla, com mais recursos, uma que, a limitação orçamentária condiz com a realidade presente nas universidades brasileiras, no que dizia respeito a destinação de recursos para as políticas de assistência estudantil. (FONAPRACE, 1997)

Na década de 1990, ainda não havia a existência de recursos específicos, em nível nacional, destinados a política de assistência estudantil nas universidades federais. O desenvolvimento de tal política ficava a cargo da instituição, ou seja, cada universidade, de forma isolada, gerenciava seus recursos destinados para esta finalidade, portanto, as formas de assistir aos estudantes de baixa renda, se davam de forma fragmentada, ademais, tal realidade se encontrava distante da visão de uma política de governo.

No ano de 1996, a LDB, reafirma os princípios constitucionais da política de assistência estudantil, ao afirmar que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Mas até então as ações de assistência estudantil eram mantidas nos limites do mínimo, e grande parte das universidades, sequer ainda contavam com essa política, cenário que demandava urgentes mudanças.

Com isso, em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação, o que na ocasião levou a avanços significativos, pois tal proposta efetivava como meta “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001), e se configura em alicerce para a atual política de assistência estudantil efetivada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No ano de 2007 é instituído por meio do Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no qual, possui como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso

e permanência na educação superior, no nível de graduação” (BRASIL, 2007), e estabelece em seu artigo 2º que uma de suas diretrizes é a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2007).

A criação do REUNI, significou um novo passo em direção a democratização do ensino superior no Brasil, bem como, foi uma importante marca para a ampliação da assistência estudantil na primeira década do século XXI, com foco na ampliação das ações de inclusão de estudantes no ensino superior. Com isso propositava-se, avaliar avanços para o sistema universitário, com vistas na diminuição da evasão e na retenção dos estudantes nos cursos de graduação das universidades federais.

Em face as novas necessidades da educação superior no que concerne a permanência e democratização da educação superior no país, e a efetivação dos objetivos postos ao REUNI, por meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), aprova o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no ano de 2007.

O PNAES tem como diretriz geral, a implementação de ações e projetos para a assistência estudantil, e que abarca diferentes eixos considerados fundamentais para a manutenção do acadêmico da universidade, a saber: alimentação; moradia estudantil; transporte; inclusão digital; assistência à saúde; cultura; apoio pedagógico; esporte; creche. Os critérios de seleção dos estudantes tem como consideração primária à situação socioeconômica do aluno. As variáveis constituintes dos critérios são definidas por cada instituição de ensino superior, na observância da realidade local, condição que também se aplica na divisão dos recursos, portanto, fica a cargo da IFES definir suas prioridades quanto aos eixos a serem atendidos pela assistência estudantil.

Outrossim, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na nas práticas acadêmicas e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (SANCHES, 2014, p. 16).

O PNAES foi dividido quanto a áreas consideradas estratégicas, segundo qual, deve se concentrar os esforços necessários para seu desenvolvimento: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte; assuntos da

juventude. Em cada uma dessas áreas foram estabelecidas linhas temáticas, conforme esquematizados no quando a seguir:

**Quadro 2 – Áreas estratégicas do PNAES**

Área	Linha Temática
<b>Permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Moradia</li> <li>• Alimentação</li> <li>• Saúde física e mental</li> <li>• Transporte</li> <li>• Creche</li> <li>• Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais</li> </ul>
<b>Desempenho Acadêmico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsas</li> <li>• Estágios remunerados</li> <li>• Ensino de Línguas</li> <li>• Inclusão Digital</li> <li>• Fomento à participação político-acadêmica</li> <li>• Acompanhamento Psicopedagógico</li> </ul>
<b>Cultura, Lazer e Esporte</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso à informação e à difusão das manifestações artísticas e culturais;</li> <li>• Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer.</li> </ul>
<b>Assuntos da Juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação profissional sobre mercado de trabalho;</li> <li>• Prevenção a fatores de risco;</li> <li>• Meio ambiente;</li> <li>• Política, Ética e Cidadania;</li> <li>• Saúde, sexualidade e dependência química.</li> </ul>

Fonte: Brasil (2007).

Para o alcance desses pontos, foi demandado as universidades federais, a criação de equipes multidisciplinares responsável pela operacionalização dos programas instituídos pelo novo modelo de assistência estudantil, tal equipe técnica, formada por assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais, tendo em vista que esta equipe não é igual em todas as universidades. Essa equipe tem por intuito dar apoio aos estudantes no âmbito da política de assistência estudantil.

No ano de 2010, o então presidente Lula, estabeleceu por meio do Decreto nº 7.234 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse decreto simbolizou a regulamentação da política de assistência estudantil, de maneira que

todas as instituições federais de ensino passariam a ter essa política em seu compêndio formativo de ações.

As ações expostas no decreto, por meio do Artigo 3º § 1º são as mesmas que citamos antes da Portaria ministerial. Porém, no artigo, é também colocada como ação o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010), tendo como objetivo a inclusão e acompanhamento de pessoas com deficiência no ensino superior, proposta instituída pelo governo federal pelo Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir (SILVEIRA, 2012, p. 71).

O público dessa política fica estabelecido como, majoritariamente sendo, os estudantes oriundos de escolas públicas. A ampliação de vagas promovidas pelo governo Lula, levou às universidades estudantes de baixa renda, nesta questão, a PNAES veio ao encontro a demanda pela permanência desses estudantes na universidade, pois a realidade desses estudantes se constitui em cenário desfavorável pela suas jazias nas universidades federais.

Assim sendo, no quadro a seguir, temos de forma sistematizada o principal marco legal da política de assistência estudantil no Brasil a partir da década de 1980, no qual denominamos de segundo momento da trajetória histórica da referida política, marcada pelo seu grandioso avanço, principalmente a partir dos anos 2000, quando novas políticas de inclusão no ensino superior foram pensadas.

**Quadro 3 – Acontecimentos da Assistência Estudantil a partir de 1980**

Ano	Acontecimento
<b>1987</b>	Criação do FONAPRACE
<b>1988</b>	Promulgação da Constituição Federal, artigo 206, “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.
<b>1996</b>	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, artigo 3º: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”

<b>2001</b>	Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2001 – 2010.
<b>2007</b>	Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007 cria o Reuni.
<b>2007</b>	Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
<b>2010</b>	Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010, institui o PNAES.
<b>2010</b>	Plano Nacional de Educação 2011 – 2020

Fonte: Silveira (2012, p. 76).

De fato, os anos que se seguiram, fizeram um caminho reverso a elitização na universidade, obviamente nos limites de uma política de conciliação de classe, onde a classe trabalhadora ganhou espaços no universo do capital, mas para a classe dominante, dela nada foi tirado, muito pelo contrário, a mesma foi ricamente beneficiada pelas políticas de inclusão social, pois promoveu – de forma específica nos anos de governo do presidente Lula – uma ascensão social por meio do consumo.

Ademais, houve, de fato, a partir dos anos 1990, políticas que promoveram a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Porém os avanços reais se deram após 2002, com a ascensão do PT ao poder. Até então, não se verificava políticas de intervenção que ampliasse a democratização do ensino. A democratização da universidade tem como condição a criação de condições para que a classe trabalhadora chegue ao ensino superior e tenha plenas condições de concluí-lo, todavia, cabe ao estado a oferta de políticas com essa finalidade.

### 3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFT E IFTO NA VISÃO DOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO

*Pega ladrão! No Governo!  
Pega ladrão! No Congresso!  
Pega ladrão! No Senado!  
Pega lá na Câmara dos Deputados!  
Pega ladrão! No Palanque!  
Pega ladrão! No Tribunal!  
É por causa desses caras  
Que tem gente com fome  
Que tem gente matando  
Etc e tal...*

*[...] A miséria só existe porque tem corrupção!*

**(Gabriel O Pensador)**

Esse trabalho é fruto de diversas inquietações surgidas no decorrer da minha formação em Serviço Social, que ao observar a realidade da instituição, soa como evidente a necessidade de criar meios e possibilidades para a permanência dos estudantes na universidade. Nesse sentido, vi a minha frente um vasto universo carente de pesquisa, e mais ainda, é algo que se aproxima da minha realidade e de tantos outros acadêmicos.

Durante todos os anos de formação, me foi oportunizado questionar e refletir sobre uma série de questões do cotidiano universitário e os processos que constituem a vida acadêmica. No âmago das minhas ponderações, a assistência estudantil e os nuances presentes nesse processo, sempre me gerou profundas inquietações, e mediante a isso, que me proponho a colocar a visão dos estudantes sobre o tema, na busca por uma caracterização dessa política. A propósito esse trabalho de conclusão de curso é apenas um pequeno ensaio sobre o assunto, pois se trata de um tema que carece de maior aprofundamento, e que certamente será alvo de futuras pesquisas, realizadas durante o meu processo de formação, que seguramente não se findará na graduação.

Nesse capítulo, iremos fazer uma análise a partir dos dados coletados em campo e em documentos, informações que nos permitirá aproximar o nosso objeto de pesquisa da realidade concreta que se afirma no universo da pesquisa. Como ponto de partida para a realização desse estudo, buscou-se analisar os referenciais teóricos, através de revisão de literatura, para termos o aporte teórico necessário para o alcance dos nossos objetivos.

Portanto, a presente pesquisa, se constitui fundamentalmente um estudo de cunho qualitativo, com fundamentos de uma pesquisa documental e de campo, cuja realização consistiu na coleta e documentos e legislações que versam sobre a assistência estudantil na UFT, IFTO, e por fim, houve-se a necessidade de ir a campo para conhecer a realidade que nos propomos a estudar, qual seja, a visão dos estudantes da UFT e IFTO sobre os seus respectivos programas de assistência estudantil.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas que forma a orientação investigativa, que objetiva estabelecer uma relação entre sujeito e objeto, ou seja, o objeto em questão da pesquisa parece como sujeito ativo, o que demonstra a indissociabilidade entre ambos, o que permite ao pesquisador estabelecer condições, para que por meio dos instrumentais de pesquisa, realizar uma valiosa aproximação com real. Entre a diversidade de técnicas que podem ser usadas em uma pesquisa de tal natureza, nos ateremos em uma na utilização de análises documental e pesquisa de campo por meio de aplicação de questionário.

Mediante aos estudos preliminares foi elaborado o instrumental de pesquisa de campo, que consistiu na implementação de um questionário de perguntas aberta que buscou abranger a multidimensionalidade da pesquisa, e se constituiu de dez questões. De acordo com Richardson, (2007, p. 195), umas “das grandes vantagens das perguntas abertas é a possibilidade do entrevistado responder com mais liberdade, não estando restrito a marcar uma ou outra alternativa”.

Isso nos possibilitou extrair dos respondentes as suas percepções sobre o programa de Assistência estudantil da UFT e IFTO, fato que nos permitiu a serenidade necessária absorver um interessante acervo de informações no que diz respeito aos níveis de eficácia e efetividade dos programas, bem como, os impactos causados na vida dos estudantes a partir dos próprios usuários. Portanto o modelo de questionário aberto, compreendeu como o melhor a ser utilizado na natureza da presente pesquisa.

A análise documental se baseou em documentos da IFTO e UFT e que definem o programa de assistência estudantil nas instituições, nesse sentido, utilizamos ainda informações repassadas pelas pró - reitorias de assistência estudantil, no qual mediante solicitação, nos foi repassada por e-mail. Tais informações dizem respeito aos programas de assistência estudantil e suas

definições em cada uma das instituições, e também foram coletadas informações sobre o quantitativo de estudantes beneficiários desses programas.

Essa pesquisa de natureza explicativa buscará detalhar os aspectos da política de assistência estudantil a partir das análises das informações coletadas junto a instituição e dos dados coletados junto aos estudantes beneficiários. O questionário foi aplicado a cinco acadêmicos de cada instituição. Em ambas as instituições pesquisadas, o alvo foi o campus universitário localizados em Palmas, e também nos limitando somente os acadêmicos de graduação da UFT e IFTO.

A fim de manter o anonimato dos estudantes pesquisados, usaremos para fins de identificação apenas um termo genérico – Instituição - Aluno – numerado de 1 a 5, em ambas as instituições. Sendo a amostra para pesquisa definida de forma aleatória, e partir de manifestação voluntária entre estudantes beneficiários.

### **3.1 Assistência estudantil: Uma comparação entre os programas da UFT e IFTO**

Nesse item, em primeiro momento faremos uma contextualização descritiva dos programas de assistência estudantil de ambas as instituições, bem como faremos uma breve explicação de seu funcionamento, público alvo e requisitos necessários para ser beneficiários dentro do contexto de cada instituição, portanto, traremos também uma breve contextualização da mesma em face a sua existência.

#### **3.1.1 O Instituto Federal do Tocantins e a Política de Assistência Estudantil**

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Campus Palmas oferece 1 curso de Pós-Graduação, 10 cursos superiores; 7 cursos Técnicos Integrados; 8 cursos Técnicos Subsequentes; 5 cursos Técnicos, na modalidade EAD e 2 cursos na modalidade PROEJA. A IFTO – Campus Palmas conta com 3.000 mil estudantes, 226 docentes e 109 técnicos.

A IFTO tem como missão a formação de profissionais de nível médio - técnico e tecnólogos em nível de graduação e pós-graduação nos diversos setores da economia, além de realizar pesquisas e extensão universitária, essa configuração



põe a instituição como recebedora de estudantes com diversas características, no qual demanda a ela preparo para tal fim. Nesse ínterim, há os estudantes que não possuem as condições necessárias para se manter na instituição. Eis aí que entra a política de assistência estudantil na IFTO.

A assistência estudantil na IFTO está regulamentada pela Resolução nº 04/2011, aprovada pelo seu Conselho Superior em 30 de junho de 2011, e posteriormente alterada pela Resolução 22/2014 aprovada nesse mesmo conselho em 08 de agosto de 2014. Tal normativa institui na IFTO um conjunto de ações voltadas ao atendimento do estudante regularmente matriculado em algum curso da instituição em todas as modalidades. E tem como princípios:

- I – Divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso;
- II – Igualdade de condições para o acesso e permanência no atendimento;
- III – supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e psicopedagógicas;
- IV – Defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- V – Gratuidade do ensino de qualidade (IFTO, 2014.p 7).

Princípios que atendem ao disposto no Decreto 7.234/2010 que dispõe sobre a política de assistência estudantil, e objetiva manter o estudante na educação superior, com vistas, a uma formação de qualidade, portanto, na IFTO, a operacionalização da Política de Assistência Estudantil, fica a desígnio dos seguintes setores: Diretoria de Assistência ao Estudante e Servidor, Coordenação de Assistência ao Educando e Servidor e da Gerência Educacional de Apoio ao Estudante e Servidor.

A política de Assistência Estudantil da IFTO se divide em dois eixos: Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante e Eixo Universal. Cada eixo é subdividido em diversos programas que versam sobre os objetivos da política, quais sejam:

- I – Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade social, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;
- II – Promover o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes do IFTO;
- III – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- IV – Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos estudantes;
- V – Reduzir as taxas de evasão e retenção;
- VI – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais;

VII – Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica e atividades e intercâmbios culturais, esportivos, artísticos, políticos, científicos e tecnológicos (IFTO, 2014 p. 2).

O primeiro eixo de apoio e assistência ao estudante destina-se preferencialmente aos estudantes advindos da rede pública de educação ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio com comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica. E o segundo eixo, denominado de universal, é destinado a todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, portanto, de forma universal e meritocrática.

Os programas do eixo de assistência e apoio ao estudante são:

**Quadro 4 – Auxílios disponíveis na IFTO**

Programa	Descrição	Duração	Valor
<b>Auxílio Alimentação</b>	Consiste na concessão de auxílio para refeição diária, completa e balanceada, com acompanhamento nutricional. Serviço disponível de segunda a sexta-feira, almoço e jantar, no refeitório do Campus Palmas, por meio da validação de <i>ticket's</i> via on-line.	1 ano	Valor de uma refeição diária.
<b>Bolsa Formação Profissional</b>	Consiste na inserção do estudante em atividades nas dependências do IFTO Campus Palmas, visando à integração social, cultural e aperfeiçoamento profissional, de modo a proporcionar a complementação do processo de aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades	1 ano	Até 50% o valor do salário mínimo vigente.

	orientadas.		
<b>Auxílio a Pais Estudantes</b>	Consiste em auxílio financeiro aos pais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças de zero a 12 anos de idade incompleto.	1 ano	30% o valor do salário mínimo vigente.
<b>Auxílio Moradia</b>	Consiste em auxílio financeiro mensal para contribuir com as despesas referentes a aluguel de imóvel do estudante. Este benefício será repassado aos estudantes de outros municípios ou estados que não possuam familiares diretos (pai, mãe, irmão) ou responsáveis legais na região onde estudam.	1 ano	Até 50% o valor do salário mínimo vigente.
<b>Auxílio Transporte Intermunicipal ou Rural</b>	Consiste na concessão de auxílio financeiro para o pagamento de transporte aos alunos residentes em área rural ou em outros municípios que não disponham de transporte próprio ou fornecido pelos municípios de domicílio.	1 ano	Até 40% o valor do salário mínimo vigente.
<b>Auxílio Transporte Urbano</b>	Caracteriza-se no repasse de auxílio financeiro para subsidiar o valor gasto com o vale transporte estudantil durante os dias letivos.	1 ano	Até 10% do salário mínimo vigente.
<b>Auxílio Material Didático</b>	Caracteriza-se pela oferta de auxílio financeiro para a	Início do semestre	Até 30% do salário mínimo

	<p>aquisição de material didático conforme a necessidade do estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</p> <p>O auxílio visa reforçar a prática educativa em sala de aula com o fim de propiciar maior eficiência no processo ensino-aprendizagem, bem como contribuir para o comprometimento do estudante em sala de aula, auxiliando assim, no desenvolvimento de habilidades e construção de novos saberes.</p>	<p>letivo, podendo ser beneficiado até duas vezes por ano.</p>	<p>vigente.</p>
<p><b>Auxílio Emergencial</b></p>	<p>Consiste na concessão de recurso financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que passam por situações emergenciais, a exemplo de desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros.</p>	<p>Poderá ser solicitado até 3 vezes ao ano pelo mesmo estudante.</p>	<p>Até 150% do salário mínimo vigente (dependerá da demanda apresentada).</p>
<p><b>Bolsa Atleta</b></p>	<p>Consiste na concessão de repasse financeiro aos estudantes que compõem as equipes regulares de treinamento do campus, visando o desenvolvimento esportivo.</p>	<p>1 ano</p>	<p>Até 20% do salário mínimo vigente</p>

Todas essas bolsas são concedidas mediante análise socioeconômica, e a classificação dos candidatos se dá de acordo com a definição do perfil de vulnerabilidade do acadêmico, podendo o aluno ser contemplado com uma ou mais modalidades de auxílio, uma vez que, todos esses subsídios são cumulativos, pois o objetivo da política de assistência estudantil da IFTO visa atender o estudante em todas as suas fragilidades sociais. Cada auxílio é solicitado por meios descritos em editais, no qual regulamenta cada programa, e estabelece de forma pormenorizada os critérios de elegibilidade dos acadêmicos.

Porém, essa ampla gama de programas, encontra seu obstáculo no contingente de recursos financeiros destinados a esse fim, portanto, o estudante ao solicitar mais de um auxílio, não há a garantia de que o mesmo será contemplado em todos eles, no entanto, é considerando as especificidades e as necessidades do público-alvo, o critério que estabelece é a análise técnica da renda e do contexto socioeconômico familiar do estudante.

O segundo eixo, que é universal, é composto com 12 programas, a saber:

1. Programa de Acompanhamento Pedagógico;
2. Programa de acompanhamento social;
3. Programas de acompanhamento psicológico;
4. Programa de assistência à saúde;
5. Programa de assistência a viagens;
6. Programa de mobilidade acadêmica nacional e internacional;
7. Programa de incentivo à arte e cultura;
8. Programa de incentivo ao esporte e lazer;
9. Programa de incentivo à formação cidadã;
10. Programa de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;
11. Programa de inclusão digital;
12. Programa de educação para a diversidade.

Vejamos que, a IFTO oferece aos estudantes uma variada quantidade de serviços assistenciais, que busca atender os acadêmicos nas mais diversas demandas, e visa oferecer aos alunos atendimento que supra suas dificuldades nas diversas esferas que compõe a vida do acadêmico no ensino técnico ou superior.

Esses serviços assistenciais são desempenhados por uma equipe de profissionais, que por meio de atendimentos interdisciplinar ou não, atende qualquer

estudante que porventura venha a procurar tais serviços. O quadro de profissionais é composto conforme figura abaixo:

**Figura 1** – setores da assistência estudantil da IFTO



Fonte: Cartilha da assistência estudantil da IFTO

O Setor de nutrição oferece a estudantes servidores do campus, atendimento nutricional em nível ambulatorial e clínico, que visa o controle de peso, orientação, educação nutricional e dicas para alimentação saudável, e atua na prevenção e tratamento de doenças que acometem os seres humanos. Além dos atendimentos, o setor de nutrição oferece para toda comunidade da IFTO, palestras, oficinas e minicursos.

O setor de odontologia, conta com um cirurgião dentista, e possui equipamentos para realização de procedimentos preventivos e interventivos. Os serviços realizados são: limpeza, raspagens, aplicação de flúor, restaurações, extração simples e pequenas cirurgias. Caso seja examinada a necessidade de atendimento especializado, o paciente recebe o devido encaminhamento. Esse serviço é destinado somente ao corpo discente.

O setor de enfermagem oferece atendimento a estudantes e servidores, e conta com profissionais técnicos em enfermagem, os serviços oferecidos se restringem a procedimentos básicos, tais como orientações sobre a saúde, aplicação de medicamentos mediante prescrição médica, aferição de pressão arterial e temperatura, e outros procedimentos básicos. Caso haja a necessidade de procedimentos mais complexos ou especializados, o paciente é encaminhado para o serviço adequado.

No setor de Psicologia, é realizada a execução de atendimentos que visa trabalhar nos âmbitos educacional, organizacional, saúde do trabalhador e qualidade

de vida. Os serviços de psicologia são destinados a toda a comunidade interna da IFTO, no qual inclui além dos acadêmicos e servidores efetivos, os servidores terceirizados. Os serviços oferecidos são bastante diversificados, e abrange uma ampla gama procedimentos privativos da psicologia.

O setor de Serviço Social, é destinado a atender discentes e familiares, e busca identificar nos usuários fatores econômicos, sociais e culturais, com o objetivo de assegurar o pleno direito a educação dos estudantes. A identificação das vulnerabilidades presentes na vida do usuário desdobra - se na possibilidade de acesso aos diversos programas assistenciais da instituição.

O setor médico oferece a discentes e servidores a realização de consulta médica ambulatorial, e trabalha em conjunto com o setor de enfermagem. Quando diagnosticado a necessidade de atendimento especializado, o paciente é encaminhado para o serviço de referência.

Por fim, a assistência estudantil da IFTO busca atender os estudantes na plenitude do que está estabelecido na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e conta com serviços que abrangem todos os eixos previstos na política nacional. E o acesso a política é voltada tanto para os acadêmicos dos cursos de graduação, quanto para os de nível técnico.

### 3.1.2 A Universidade Federal do Tocantins e a Política de Assistência Estudantil

A Universidade Federal do Tocantins foi instituída pela Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, sendo uma instituição pública vinculada ao Ministério da Educação. Embora tenha sido criada em 2000, suas atividades somente deram início em maio de 2003 com a posse dos primeiros professores e a transferência dos cursos de graduação que antes, pertenciam ao quadro da Universidade do Tocantins (UNITINS).

A UFT nasce no contexto do debate da Reforma Universitária. Esse momento é também um marco no projeto de expansão do ensino superior público no país e no avanço das políticas de inclusão e democratização do acesso à educação (UFT, 2016, p.12).

Atualmente a universidade conta com 50 cursos presenciais de graduação, que são distribuídos entre bacharelados, licenciaturas e tecnológicos. A estrutura

física da universidade se concentra em 7 campi, situados nas cidades de: Palmas, Arraias, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Tocantinópolis, Gurupi e Araguaína. A UFT significa uma das grandes conquistas para o estado do Tocantins, e também para os municípios, no qual, ficam situados os campi.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação (UFT, 2016, p.12).

No entanto, a história da UFT remonta ao antigo norte goiano, quando se tem início o processo de interiorização da educação superior no estado de Goiás. A região era considerada esquecida do resto do estado, e as políticas públicas no âmbito social ainda eram escassas na região norte de Goiás. No entanto na esteira da expansão da educação superior no interior dos estados brasileiros, o então governador do estado, no ano de 1963, sanciona a lei nº 4.505, que em 12 de agosto daquele ano cria a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, na cidade de Porto Nacional.

Esta foi a primeira instituição pública de ensino superior da região norte do estado de Goiás, que no ano de 1989, após a criação do estado do Tocantins, passou a se chamar de Centro Universitário de Porto Nacional e no início da década de 1990, foi incorporada pela Universidade do Tocantins (UNITINS).

Outra instituição de ensino superior que faz parte da história da UFT é a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (FACILA), que também foi criada antes da fundação do Estado do Tocantins, pela lei estadual nº 9.470 de 11 de julho de 1984, e inicia com vários cursos, e posteriormente, também é incorporada à UNITINS.

Com estas bases já fundadas em solo tocaninense, eis que a UFT, ao ter efetivada a sua criação, incorpora as tais estruturas pré-existentes que faziam parte da UNITINS. Portanto a UNITINS foi a instituição que mais contribuiu para o estabelecimento da UFT, essa incorporação, também acontece em Miracema do Tocantins. Mas a UFT não foi criada somente com a estrutura da UNITINS, houve também a participação de outras entidades educacionais, na constituição dos sete campus universitário.



A UFT tem como uma de suas características, a sua estrutura descentralizada, seu conglomerado educacional está dividido em sete unidades de ensino, que vai do extremo norte ao extremo sul do estado do Tocantins, os sete *campis* ficam localizados em: Palmas, Miracema do Tocantins, Arraias, Tocantinópolis, Gurupi, Porto Nacional e Araguaína. Essa condição impõe a instituição enorme desafio de gestão, haja vista, a necessidade de distribuição equânime de recursos, tal qual, os da Assistência Estudantil.

Na UFT a operacionalização da assistência estudantil fica sob responsabilidade da Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) e dos setores de assistência estudantil da cada um dos sete *campis*. De acordo com a PROEST, o Programa de Assistência Estudantil na UFT é dividido por demanda e conforme o orçamento anual, com um percentual para cada área ou quantitativo de auxílios a serem atendidos.

Para ter acesso aos auxílios é necessário que os estudantes possuam renda per capita familiar, inferior a um salário mínimo e meio, dessa forma, o mesmo se classifica como estudante em situação de vulnerabilidade. Nesta questão, cabe ao Serviço Social, definir a escala de vulnerabilidade, e de acordo com os critérios adotados pela instituição essa escala é definida em níveis que são I, II, III e IV. Essa escala define a prioridade de acesso de acordo com a disponibilidade de recurso. Sendo a escala I o índice mais elevado de vulnerabilidade.

Atualmente a UFT possuem em voga quatro ações: programa de auxílio alimentação, programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos, programa de auxílio saúde e o programa de auxílio permanência. E todos são regidos por meio de edital específico, onde consta o regulamento de cada programa, bem como, os requisitos que qualificam os usuários como apto para se tornarem usuários dos programas.

O Programa Auxílio Alimentação tem como objetivo ofertar alimentação gratuita ou com desconto em campus com restaurante universitário, ou ainda subsídios financeiros para estudantes em campus que não possuem restaurante universitário. Nos campus com Restaurante Universitário, o subsídio pago será 100% do valor da refeição para os estudantes das classes I e II, e de 75% para os estudantes das classes III e IV. Nos campus sem Restaurante universitário, o valor do auxílio alimentação é de R\$ 400,00 para estudantes das classes I e II e R\$ 340,00 para estudantes das classes III e IV, mensalmente. (UFT, 2016, p. 75).

O Programa de auxílio a Participação em eventos, é destinado a oferecer passagens e diárias aos estudantes para participarem de eventos científicos, culturais, esportivos e político-acadêmicos, locais e nacionais, e se divide em duas categorias, “Auxílio Individual”, este que consiste no valor da passagem de ida e volta e “Auxílio Viagem Individual” que diz respeito a concessão de diárias no valor de R\$ 100,00. Essa modalidade de auxílio é destinada a todos os acadêmicos regularmente matriculados. Todavia, aos acadêmicos que não se encontram em situação de vulnerabilidade social, o valor do auxílio se restringe a 50% do total especificado.

O Auxílio Saúde é um benefício no valor de R\$ 350,00 mensais, concedido somente a acadêmicos em situação de vulnerabilidade, e tem como objetivo custear parte das despesas dos estudantes com atendimento na área de saúde mental e gastos com medicação.

E por fim, o Auxílio Permanência, este que em termos gerais, busca colaborar com o aperfeiçoamento acadêmico e a permanência do estudante na universidade. E se encontra dividido em quatro categorias: Permanência, Permanência Temporário, Permanência Temporária Indígena e Quilombola e Permanência Educampo. Esse auxílio fornece ao estudante uma bolsa de R\$ 400,00 mensais para os estudantes, exceto para a modalidade destinada a indígenas e quilombolas, essa que o valor é R\$ 900,00 mensais, tendo em vista que este recurso é pelo MEC e a UFT faz a mediação entre estudante/MEC para análise e obtenção desta bolsa.

Além dos auxílios oferecidos a assistência estudantil da UFT se completa na oferta de atendimento social, psicológico e pedagógico, realizados pelos profissionais de cada área, e todos os acadêmicos podem ter acesso quando desses serviços necessitarem.

### **3.2 A Política de Assistência Estudantil na visão dos acadêmicos da IFTO**

Veremos neste item a percepção dos estudantes do IFTO sobre a política de assistência estudantil. Tal dimensionamento nos permitirá verificar a política quanto a sua efetividade. A sua essência, não se encontra somente na garantia de condições de subsistência material dos estudantes, mas está ligada ao desenvolvimento acadêmico do estudante. Porém essa só se realiza mediante a um

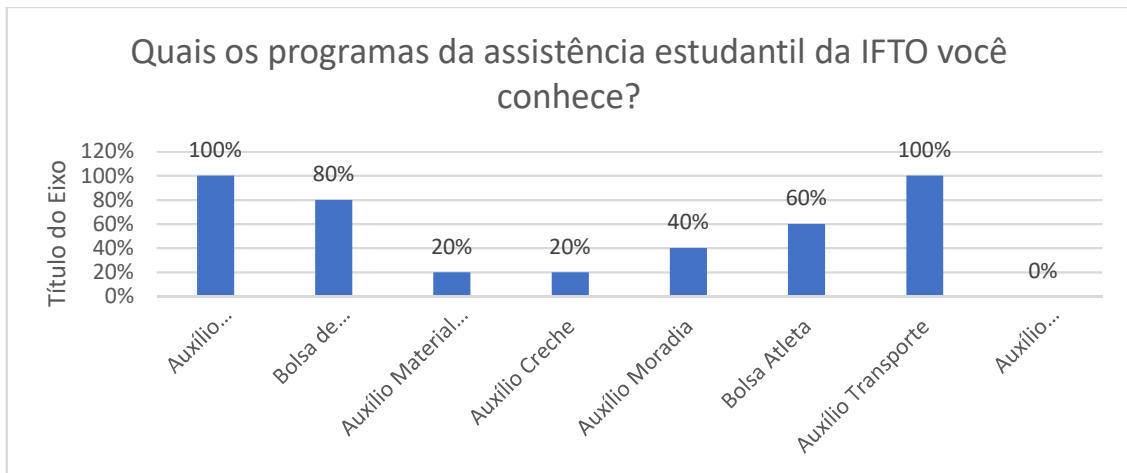
ambiente favorável ao estudante, no sentido de que o mesmo, possa ter suprida as suas necessidades de subsistência, eis então o que estamos a verifica nesse tópico.

Nessa perspectiva, a PNAES apresenta entre suas propostas ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública superior. Recomenda assim, que sejam desenvolvidos programas que sejam capazes de garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social considerando que isto poderá lhes garantir uma melhor Qualidade de Vida e interferir diretamente em seu rendimento acadêmico (VASCONCELOS, 2010, p. 613).

Portanto a política de assistência estudantil é uma ferramenta que deve desempenhar papel positivo na vida dos estudantes. Porém é importante o conhecimento dos acadêmicos sobre os programas disponíveis para que os mesmos possam ter acesso. Na IFTO como vimos, há uma grande variedade de programas de assistência estudantil, que se concentram em dois eixos, o universal e o de assistência e apoio ao estudante. No entanto, entre os acadêmicos entrevistados, quando perguntado sobre os programas no qual possuía conhecimento, foram citados sete programas dos oito existentes do eixo de assistência e apoio ao estudante. Já no eixo universal não foram citados nenhum programa. Os benefícios citados pelos estudantes foram: Auxílio Alimentação, Bolsa de formação profissional, Auxílio Material Didático, Auxílio Creche, Auxílio Moradia, Bolsa Atleta e Auxílio Transporte.

No entanto, os únicos programas de conhecimento por todos os entrevistados, foram os auxílios alimentação e transporte. O gráfico a seguir ilustra essa questão, e mostra em percentual quais os programas mais conhecidos pelos acadêmicos entrevistados.

**Gráfico 1** - Quais os programas da assistência estudantil da IFTO você conhece?



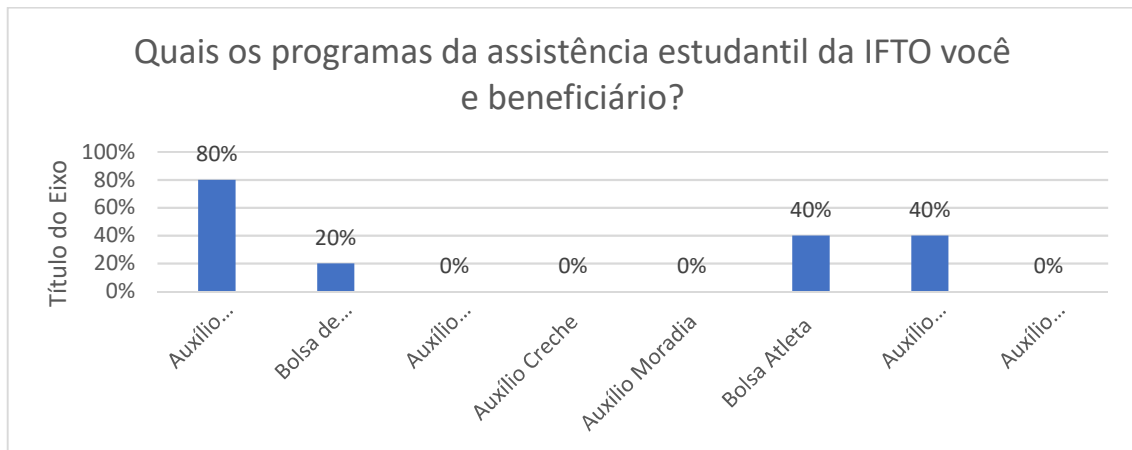
Fonte: Autora, 2017.

O gráfico mostra que alguns programas ainda são desconhecidos da maioria dos acadêmicos, e o caso atípico, é o auxílio emergência, conforme é evidenciado no gráfico, nenhum dos entrevistados diz conhecer esse programa, no entanto é importante salientar, que a natureza do programa que é suprir necessidades emergenciais, não se aplica aos entrevistados, pois todos já são atendidos por outros programas de assistência estudantil, portanto, não se encaixam como público para esse programa em específico. Dado que nos faz verificar a existência da relação entre os benefícios recebidos e os conhecidos, ou seja, há uma tendência dos estudantes possuírem conhecimento apenas de programas no qual são beneficiários.

Isso fica evidenciado no questionamento sobre quais os programas que os entrevistados são beneficiários, houve estudantes, que conheciam apenas os programas no qual estavam inseridos, outros, portanto, tinham conhecimento mais amplo dos auxílios ofertados pela instituição na qual estão inseridos. Mas ao perguntar a forma de como o aluno tomou conhecimento dos programas de assistência estudantil, 80% dos entrevistados responderam que foi através de outros colegas estudantes, e os outros 20% afirmaram conhecer por meio de funcionários da instituição. Dessa forma, fica em evidência a necessidade que a instituição de melhorar a amplitude de acesso a informação sobre a assistência estudantil entre os acadêmicos.

Vejam agora a quantidade de beneficiários em relação aos programas:

**Gráfico 2** - Quais os programas da assistência estudantil da IFTO você e beneficiário?



Fonte: Autora, 2017.

Nesse cenário a maioria dos entrevistados são beneficiários dos programas de Auxílio Alimentação, e outros programas no qual também possuem beneficiários, são os programas: Bolsa de formação profissional, Bolsa atleta e Auxílio Transporte. Esse gráfico dimensiona quais os programas mais usados na IFTO, porém não podemos dizer que os programas no qual, não foram citados nas entrevistas, não possui beneficiários. Isso porque a natureza da amostra, não nos permitiu uma quantificação que revelasse de forma mais exata o percentual de beneficiários de todos os programas. Porém, nesses números nos parece evidente que os auxílios que nos gráficos apresentam valores, são os mais requisitados e que possui mais beneficiários dentro da instituição.

Com a finalidade de verificar os índices de eficiência dos programas, perguntamos se os valores eram suficientes para suprir as demandas dos estudantes participantes da pesquisa, nesse caso, todos os estudantes responderam de forma positiva, e que os valores dos benefícios estavam de acordo com suas necessidades, como se verifica nos trechos reproduzidos a seguir:

Sim, é uma grande ajuda para minha situação no momento, e por enquanto tem atendido a plenitude das minhas necessidades, espero que continue assim. ( IFTO - Aluno 1).

No meu caso sim, pois o valor que recebo de auxílio transporte está de acordo com a minha necessidade local, e o auxílio alimentação também está dando conta de me manter. (IFTO - Aluno 5).

De acordo com essas falas, vemos que os programas, possuem repasse financeiro que tem atendido aos estudantes. Fato é que nenhum estudante se mostrou descontente em relação a esse ponto, no entanto, nesse aspecto, podemos concluir que na IFTO, a política de assistência estudantil tem se mostrada satisfatória quanto ao atendimento das demandas dos acadêmicos, e cumpri seu objetivo de promover ao estudante as condições materiais necessárias para que o mesmo possa se manter no curso de graduação.

Foi verificado também que a maioria dos estudantes não teriam condições de se manter na educação superior se não fossem beneficiários do programa de assistência estudantil, dos entrevistados, apenas 20% responderam que teriam condições de se manter na universidade, mesmo não sendo usuário da assistência estudantil. Já os que disseram que não teriam como se manter argumentaram que os custos para se manter em uma graduação são bastante elevados:

Provavelmente eu não teria condições de me manter, pois os custos com meus medicamentos são bem altos e eu não teria dinheiro para pagar aluguel e alimentação, que são gastos altos também (IFTO - Aluno 1).

Não, faltaria muito por causa da falta de recursos para vim para as aulas, não poderia arcar com os gastos com passagem, foge ao meu orçamento, meus pais não têm boa condição financeira para me ajudar (IFTO - Aluno 5).

Nessas falas fica evidente a existência, ainda que muito limitado a certo nível democrático de acesso à educação superior, agora a classe mais empobrecida da sociedade consegue está em um espaço, que historicamente foi ocupado somente pelas elites, porém o processo de democratização perpassa também a garantia da manutenção do estudante no ensino superior, como podemos perceber nas entrevistas, esses estudantes quando adentra a universidade, por vezes, não possuem condição financeira para se manter no meio acadêmico.

O acesso a assistência estudantil se faz necessário para esses estudantes, para tanto, deve-se ter em observância o funcionamento da política e dos programas que compõe a política em cada instituição, na IFTO, no rol de programas já elencados, o acesso se dar mediante a procura do estudante junto aos setores já citados como responsáveis pela sua operacionalização, no entanto, há um rito

burocrático a ser seguido, que compreende o preenchimento de ficha de inscrição, formulário para estudo socioeconômico e entrega de documentos conforme estabelecido em edital.

Quanto a esse processo, que é fase indispensável no caminho do estudante que busca o acesso a política de assistência estudantil, destarte, buscamos saber dos acadêmicos como os mesmos definem o nível de dificuldade de acesso aos programas da assistência estudantil da IFTO, haja vista, os documentos necessários para a solicitação do benefício, questionário socioeconômico e burocracia institucional. O que se notou foi que os acadêmicos acham difícil o acesso aos programas, principalmente por causa dos documentos necessários, como se verifica nas falas a seguir:

Dependendo do auxílio é um pouco mais difícil certos documentos, mas que com um pouco mais de tempo são possíveis de realizar os pedidos (IFTO - Alunos 1).

Mediano devido aos documentos difíceis de conseguir (IFTO - Aluno 2).

É difícil pois é preciso uma série de documentos, além da existência de prazos e de entrevistas (IFTO - Aluno 3).

O nível de dificuldade é muito elevado, demora demais, há uma burocracia muito grande em torno dos documentos, e se faltar algum você fica de fora (IFTO - Aluno 4).

Há muita burocracia e nem todas as pessoas que poderiam receber o auxílio vão conseguir (IFTO - Aluno 5).

Na visão dos acadêmicos, é na documentação que se encontra o maior obstáculo. Além dos documentos pessoais do estudante e das pessoas que compõem seu grupo familiar, é preciso comprovar, por meio de documentos, todas as informações prestadas no questionário socioeconômico, e é nesse momento em que é cobrado maior quantidade de documentos, que vão desde comprovante de despesas a declarações que confirme as demais informações prestadas no questionário.

Nesse processo, os acadêmicos precisam de apoio dos profissionais envolvidos com o setor de assistência estudantil, pois muitas dúvidas se fazem presentes, e sobre o atendimento desses profissionais, de forma geral os estudantes entrevistados avaliaram de forma satisfatória, como pode ser verificado nas falas a seguir:

Muito boa a atuação deles, eles passam todas as informações que precisamos, principalmente em relação a documentos (IFTO - Aluno 2).

Sempre sou muito bem atendido e por isso não tenho nada a reclamar, são bons profissionais e tem uma boa atuação, nunca deixaram de me receber ou me trataram mal (IFTO - Aluno 4).

A avaliação positiva de todos os acadêmicos entrevistados ressalta que os profissionais aparentam apresentar esforços no sentido de promover aos acadêmicos condições necessárias para que se possa ter acesso aos programas, que apesar das burocracias existentes, profissionais busca dar as boas condições de atendimento aos estudantes, fator que promove facilitação frente aos trâmites administrativos.

Questão também evidenciada pelos acadêmicos quando perguntamos, quais eram os elogios que eles tinham em relação a assistência estudantil da IFTO, havendo fala direcionada aos profissionais, que buscou ressaltar a qualificação dos mesmos. Um destaque interessante, é que dos respondentes do questionário, nessa questão, apenas 40% dos estudantes responderam, e todas as respostas que houve, os elogios foram direcionados aos profissionais.

No quesito críticas, essas se voltam a existência de burocracias e a atrasos no pagamento das bolsas:

Atrasam e não pagam todos os meses do ano (IFTO - Aluno 3).

Minha crítica a assistência estudantil da IFTO e que demora demais e muita burocracia institucional, e as vezes os atrasos (IFTO - Aluno 4).

Muito burocrático, há uma grande demora para o aluno que se inscreveu saber se foi ou não contemplado com o benefício (IFTO - Aluno 5).

Sobre essa questão, podemos aferir que na visão dos estudantes, a assistência estudantil da IFTO encontra seu óbice nas condições burocráticas impostas institucionalmente. Nesse contexto, essa condição estrutural da política pode se constituir em empecilho para os estudantes, pois ao dificultar o acesso, se restringe o público atendido, o que pode resultar no fato de estudantes que possuem a necessidade do benefício assistencial, não ter acesso, pois muitas vezes o aluno não tem condições de atender todas as solicitações necessárias para o acesso aos benefícios ofertados.



De modo geral, a efetivação da política de assistência estudantil na IFTO, tem seus pontos positivos e negativos, porém essa condição é típica das políticas sociais no Brasil. Os gargalos existentes é parte estrutural do sistema de proteção social, onde as políticas sociais, de forma mais específica, a assistência estudantil, se encontra inserida em um modelo de acesso, perpassado pelos trâmites burocráticos, e com alta dose de seletividade. Porém, na IFTO, podemos concluir que a instituição busca efetivar a referida política de forma que venha a cumprir os preceitos instituídos pelo PNAES, e os gargalos citados pelos estudantes, e parte estrutural da política, não se trata de especificidades da IFTO e nem tão pouco, inconveniência local.

### 3.3 A Política de Assistência Estudantil na visão dos acadêmicos da UFT

Como vimos, na UFT a política de assistência estudantil se encontra dividida em quatro programas que oferecem auxílio financeiro, além de apoio psicopedagógico - social. Nesse sentido, nosso objetivo nesse item é verificar o impacto desses programas na vida dos acadêmicos, e a percepção dos mesmos sobre esses benefícios assistenciais.

Em dados disponibilizados pela Pro - Reitoria de assuntos estudantis, o programa mais amplo da instituição é o Auxílio Alimentação, seguido do Auxílio Permanência, isso somando todas as suas variações, digo isso, pois o programa é dado por meio de três editais diferentes, há um edital, que podemos classificar como mais geral, pois todos os estudantes podem concorrer, há outro edital destinado a estudantes indígenas e quilombolas e um edital para os acadêmicos do curso de educação do campo. O quadro a seguir expressa o quantitativo de estudantes atendidos em cada um dos quatros programas da assistência estudantil da UFT campus de Palmas nos últimos dois anos:

**Quadro 5** – Quantitativo de beneficiários dos auxílios da UFT nos anos de 2015 e 2016

Programa	2015	2016
Auxílio Alimentação	4.000	6.000

Auxílio a Participação em eventos	140	290
Auxílio Permanência nas quatro modalidades	900	1.100
Auxílio Saúde	20	20

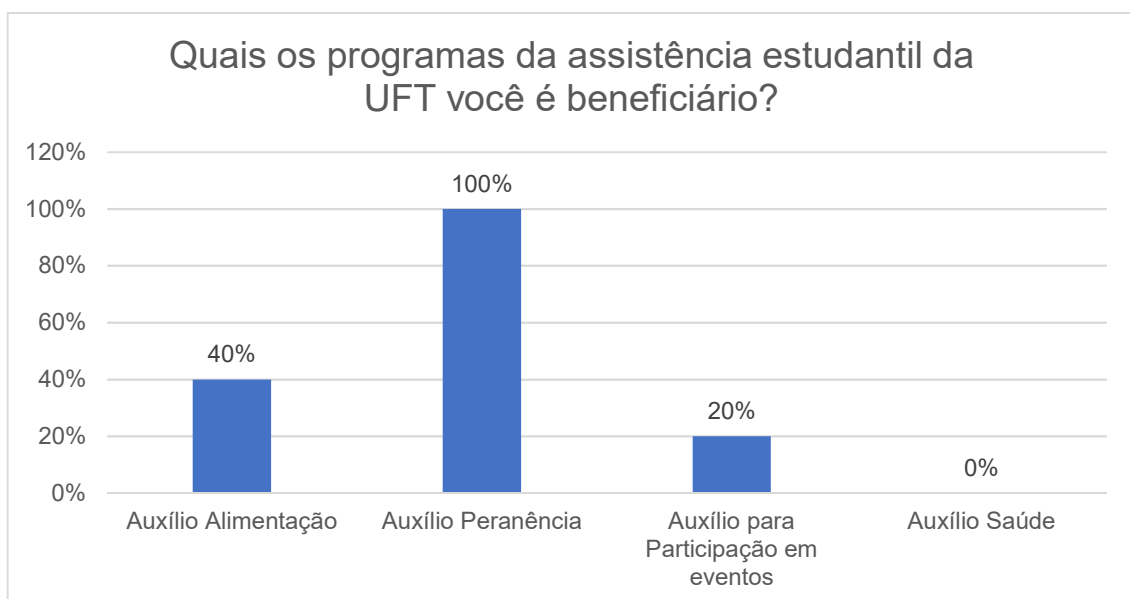
Fonte: UFT, 2017.

O quadro mostra a evolução no número de pessoas atendidas pela assistência estudantil entre 2015 e 2016, onde em termos de quantidade absoluta, o Auxílio Alimentação, não é só o maior programa, mas também o que mais cresceu no atendimento aos acadêmicos. O único programa que não mostrou evolução é o Auxílio Saúde, que ainda conta com um baixo número de estudantes atendidos.

Nas entrevistas realizadas, nenhum estudante, quando perguntado sobre os programas no quais tinha conhecimento, nenhum estudante se mostrou conhecedor do programa de Auxílio Saúde, contudo a baixa quantidade de alunos beneficiários desse auxílio se deva a falta de informações sobre o mesmo, o qual nem mesmo no site na instituição há informações ou editais sobre sua existência.

No outro polo, o programa de Bolsa Permanência foi o mais citado entre os acadêmicos entrevistado. Vejamos evidenciado no gráfico a seguir:

**Gráfico 3** - Quais os programas da assistência estudantil da UFT você e beneficiário?



Fonte: Autora, 2017.

O dado sobre o auxílio permanência se mostra refletido no quantitativo de acadêmicos atendidos, pois todos os entrevistados disseram ser beneficiários no referido auxílio, enquanto só 20% disseram também receber o Auxílio Alimentação, os demais auxílios não houve incidência de estudantes que se dizem usuários.

Também buscamos saber dos estudantes da UFT se o apoio da assistência estudantil é o necessário para o atendimento de suas necessidades enquanto acadêmicos, e nessa seara, a maioria dos estudantes afirmam que não e trazem alguns atenuantes, como podemos verificar nas transcrições abaixo:

Não, o valor supre apenas parte das minhas necessidades, me obrigando sempre a ir atrás de outros meios para completar minha renda e ter condições de continuar na faculdade (UFT - Aluno 1).

É razoável, mas posso dizer que não, pois sempre tenho que me virar para complementar, porém ajuda em partes, e tem sua importância, e se não fosse a permanência eu já teria desistido do curso por falta de condições, porém ter que trabalhar para complementar a renda, acaba me atrapalhando um pouco (UFT - Aluno 5).

Nesse sentido, verificamos que o estudante precisa complementar sua renda por meio de outras atividades, por vezes, trabalho informal. Como é sabido, desenvolver atividades de trabalho e ao mesmo tempo ser estudante, é uma árdua tarefa, e que certamente interfere no desenvolvimento acadêmico, haja vista, as diversas variantes que formam o ambiente universitário. Conforme verifica Sampaio e Cardoso (2011, p. 80),

O trabalho do estudante tanto prejudica seu desempenho em atividades ligadas ao aprendizado como também reduz seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico. É como se pelo fato de trabalhar, o jovem deixasse de gozar plenamente sua condição de estudante e a experiência do trabalho estivesse deslocada. Os estudantes que trabalham jamais constituem a regra (mesmo que em termos numéricos sejam maioria), mas são a exceção. É o desviante no sentido de estar meio fora - trabalhador - e meio dentro da universidade - estudante. (SAMPAIO, CARDOSO, 2011, p. 5)

O acadêmico ao ser obrigado a realizar diversas atividades de trabalho, muitas das vezes, se veem frente a impossibilidade de participar de atividades que envolvem pesquisa e extensão na universidade, pois para tal, há a carência de tempo, que ao aluno trabalhador lhe falta. Nesse aspecto, a formação do estudante pode não ser a melhor oferecida pela a universidade, e que certamente haverá um

nível de deficiência em relação a quem apenas frequenta a universidade e possui todas as condições cogentes para tal.

Quanto às necessidades dos estudantes, em face aos gastos universitários, averiguamos que as principais dificuldades são em relação a aquisição de materiais didáticos, livros e/ou cópias, necessária para os estudos, isso visto conforme as seguintes falas:

No caso em específico do meu curso, as necessidades que não são supridas, e eu tenho dificuldades de manter é o gasto com material, que seria material de plotagens e xerox de livros e apostilas (UFT - Aluno 1).

Na maioria das vezes é a alimentação, as vezes tenho que deixar de tirar uma cópia por exemplo, para sobrar para a alimentação até o fim do mês, e isso me prejudica porque fico sem o material didático necessário (UFT - Aluno 3).

Um fator a ser observado é que os estudantes que cursam cursos integrais reclamam que os valores recebidos pelos estudantes são sempre os mesmos e que alguns cursos necessitam de materiais específicos, mas nem sempre a universidade arca com esses materiais, e ficam a cargo dos acadêmicos do curso. Dessa forma, seja o caso de pensar em um programa de assistência que abarque a todos os estudantes e suas especificidades, tendo em vista que os auxílios não suprem as necessidades básicas dos estudantes nem em valores nem na questão de objetivo dos auxílios ofertados, cabe a universidade reformular os programas existentes e pensar em novas formas de atender esses alunos que buscam equidade no acesso aos programas ofertados pela instituição.

Nesse sentido, quando perguntado se o estudante teria condições de se manter na universidade sem o benefício da assistência estudantil, os apontamentos apresentados, vão nessa mesma direção, de evidenciar as especificidades de determinados cursos, o que pode incidir em maior ou menor necessidade de dependência no benefício, como podemos verificar nas falas abaixo:

Se eu não fosse, não teria condições nenhuma de me manter na universidade, porque meu curso é integral, e além disso não teria como estudar, meus pais não tem condição de me manter e os custos de Palmas são muito altos (UFT - Aluno 3).

Talvez sim [teria como se manter], pois como só estudo em um turno, eu iria me virar para trabalhar de alguma forma, mas se eu não conseguisse trabalho, não teria como (UFT - Aluno 4).

Apesar das colocações já feitas sobre o trabalho e o estudo, a realização de atividades remuneradas em forma de trabalho, é uma alternativa para estudantes usuários da assistência estudantil complementar suas rendas, ou para o que não recebem nenhum auxílio possuem renda própria, no entanto, para quem se encontra em curso de tempo integral, essa possibilidade tem seu alcance dificultado.

Nesse terreno, verificamos também, que entre os estudantes entrevistados, a maioria tomou conhecimento dos programas de assistência estudantil por meio de veículos institucionais, seja pelo site da UFT ou por divulgações realizadas em murais dentro da instituição, isto é 60% dos entrevistados, já os outros 40% disseram que conheceram por meio de outros estudantes que já eram beneficiários da assistência estudantil da instituição.

Nessa direção podemos afirmar que há um certo nível de eficiência institucional na divulgação das informações relacionadas a seus programas de assistência estudantil. E há inclusive área específica em sua página oficial na internet, que fica localizada todas as informações e editais divulgados pela PROEST, o que facilita o acesso aos interessados, como também é divulgado internamente em todos os campi por meio de formas próprias de divulgação, como murais e avisos fixados em pontos de movimento de estudantes.

Essas medidas visam dar ao estudante apoio quanto ao acesso aos programas, uma vez que, é disponibilizado todas as informações relativas ao acesso, com especificações de locais de documentos que necessita do aluno ter acesso. Além disso, os profissionais do setor de assistência estudantil possuem a disponibilidade de está orientando os estudantes quanto a isso, haja vista, toda a burocracia institucional existente. No entanto, os estudantes apontam a existência de dificuldade no acesso aos benefícios, devido aos trâmites necessários para tal, conforme se verifica nas falas a seguir:

A dificuldade é muito grande, e as vezes existem pessoas que não consegue a bolsa por pouca coisa, ou em documento que não conseguiu entregar. Acho que isso deveria mudar, tem muita coisa que me parece desnecessário, principalmente em relação ao socioeconômico, um questionário como aquele não é capaz de quantificar nossas necessidades, ele é muito estático, a realidade é dinâmica (UFT - Aluno 2).

Difícil, tem muita coisa difícil de se conseguir, como por exemplo, eu moro aqui e minha família mora muito distante, e há a necessidade de documentos deles, inclusive que assinem declarações que tem no edital, as vezes dificulta muito isso, e quanto a gente vai no Serviço Social, as assistentes sociais são extremamente burocráticas (UFT - Aluno 4).

Acho até justo toda a documentação necessária, mas o problema é que o número de bolsas é insuficiente, e também ocorrem muitos erros durante o programa de seleção, conheço gente que os pais tem boa condição financeira e que foi selecionado sem precisar, e outros que precisam demais ficaram de fora (UFT - Aluno 5).

Nesse contexto, é importante destacar que não houve comentários com elogios acerca dos trâmites e burocracias institucionais presentes no processo de concessão de bolsas. Já as críticas se concentram na quantidade de documentos comprobatórios necessários para o questionário socioeconômico, como também na sua forma. De maneira geral, na visão dos acadêmicos, o acesso aos benefícios da assistência estudantil, possui um caminho árduo que por vezes, pode ser um empecilho para que acadêmicos que precisam fiquem de fora do quantitativo de beneficiários.

Quanto a percepção dos estudantes em relação aos profissionais que executam a política na instituição, verificamos um certo nível de descontentamento, vejamos nas falas transcritas a seguir:

Eles permitem ocorrer muitos erros, e acabam prejudicando algumas pessoas, porém estão sempre abertos a atender todas as pessoas que vão lá (UFT - Alunos 1).

Ruim, atualmente a falta de assistência dos profissionais incumbidos pela mesma (UFT - Aluno 2).

Fracos, acho que eles deveriam melhorar a forma de avaliação dos alunos (UFT - Aluno 3).

Apesar desse descontentamento apresentado por parte de alguns estudantes, não podemos afirmar que o trabalho dos profissionais é ineficiente, e muito menos que são os responsáveis pelos gargalos constantes nesse processo, pois os mesmo se encontram inseridos em um contexto institucional que possui suas regras e suas burocracias, e os operadores da assistência estudantil se acham atrelados aos dispositivos legais que estabelecem tais regras, fator também reconhecido por parte dos estudantes, como bem observado na seguinte fala “nesse ponto acho eles carente, ficam de mãos atadas em alguns momentos. Vejo que tentam ajudar e dar seu melhor e ajudam da maneira que podem, eu particularmente acho legal” (UFT - Aluno 5).

Para concluir nosso estudo e para melhor compreender a visão dos acadêmicos sobre a política objeto de estudo do presente trabalho, buscamos saber,

de forma geral, quais seriam as críticas e elogios dos estudantes sobre a Assistência Estudantil da UFT.

Nesse ângulo, de forma quase unânime as críticas se resumem em apontar que os valores e quantidades de alunos atendidos não são suficientes, como também é lembrado que não há uma linearidade em relação as datas de pagamento, o que as vezes ocasiona atraso e outras vezes adiantamentos no recebimento dos auxílios. Outro fato havido foi a comparação feita pelos os estudantes entre a assistência estudantil da UFT com a de outras instituições de ensino superior, no sentido de apontar que nessas outras instituições a organização da assistência estudantil é mais eficiente.

O IFTO administra melhor os benefícios e possui uma estrutura bem melhor que no final acaba sendo injusto levando em conta o tamanho das duas. (UFT – Aluno 1)

O pessoal da UFT demora muito para depositar a bolsa, tem dia que o dinheiro vai cair já é dia 20 e depois no mês seguinte cai antecipado, isso é muito ruim, o dinheiro acaba rápido. (UFT – Aluno 2)

Minha crítica é que o valor é muito baixo dos auxílios, porque conheci a Universidade da Bahia e Recife e a assistência de lá é totalmente diferente daqui, então se há verbas tínhamos que ter uma assistência mais digna com auxílio alimentação, aluguel, que ajudem mais os alunos, porque se á verbas destinadas para assistência estudantil porque não melhorar? (UFT – Aluno 4)

Quanto aos elogios, à maioria dos estudantes participantes da pesquisa se absteve de fazer qualquer fala, no entanto àqueles que optaram por proferi-las, direcionaram aos profissionais e ao fato do valor da bolsa ser o do edital, e sempre depositados a quantia certa.

Meus elogios é para alguns profissionais. Eles estão sempre dispostos a ajudar e, os psicólogos são ativos e receptivos e sempre ajudam, até demais. Acho isso um ponto positivo, muito bom. (UFT - Aluno 3)

Eles colocam a quantia certa. Conforme tá no edital, dessa forma não há surpresa, sempre temos a certeza que vamos receber o valor exato. (UFT – Aluno 5)

Assim como na IFTO a assistência estudantil da UFT também possui suas dificuldades, características típicas das políticas sociais, que apresentam em sua essência característica de seletividade e burocracia, nunca atingindo plenitude em relação a sua eficiência. Tal pressuposto possui no Estado e no seu caráter burguês,

os ingredientes para a mitigação da condição de existir da classe trabalhadora, não sendo diferente na universidade, em que o estudante trabalhador, usuário da assistência estudantil, tem que lidar com as dificuldades presentes na vida cotidiana, com um mínimo apoio institucional.

Dessa forma, só resta concluir que a política de assistência estudantil é um paliativo frente às problemáticas daqueles que vivem do trabalho, tal qual, como se encontra caracterizado as políticas sociais nos moldes do neoliberalismo. A classe que tudo produz, possuem apenas as mínimas condições de subsistência, o estudante trabalhador possui apenas as mínimas condições de se manter na universidade, para se formar, e por fim se tornar força de trabalho útil ao capital.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil o crescimento da educação superior nos últimos anos, levou a um crescente número de outras demandas, pois o acesso ao ensino público superior se pressupõe também a criação de meios para a permanência dos estudantes. Assim temos um desafio, eis aí a real necessidade da política de assistência estudantil.

O que o presente estudo propôs, é fruto de relevo dos atores sociais constituintes do universo acadêmico, podemos analisar que para o sistema capitalista compete a educação a função de construir mentes e braços capazes de erguer a sociedade a um patamar conforme os ideais do mundo do consumo. Enfocando na técnica de aprender, e não no produto da aprendizagem, concretizando uma educação vazia, desvinculada, sem garantir ao aluno a possibilidade de se tornar sujeito dono de sua história. Tem – se nesse modelo o desenvolvimento técnico, ou melhor, a educação tecnicista, tendo como objeto o trabalho do homem constituído por um percurso que visa a mão de obra rápida, qualificada e barata para o sistema capitalista.

Conforme Adorno (1995), educação é aquela que forma o sujeito racional, não segundo a razão instrumental, manipuladora, mas segundo o pensamento que eleva o homem a desenvolver um pensamento autônomo. A educação em seu real sentimento está vinculada com a verdade que vai além do efeito imediato, e, para tal se faz primordial conhecer a realidade, procurar os fatos que a constituem, pois, somente por meio do pensamento livre, tomando ciência referente do mundo, o homem se liberta, se desvincula de sua condição primitiva e consegue se descobrir como ser humano.

Portanto a universidade não deve ser uma instituição fechada, em que os estudantes são visto apenas como meros usuários de serviço de educação, mas deve se interessar pela vida estudantil, pois só assim, haverá um comprometimento com cada indivíduo no processo de formação. A UFT e IFTO dentro da política de Assistência Estudantil, cada qual, possui suas especificidades. Notamos que na IFTO há uma grande variedade de programas e serviços assistenciais de forma atender todos os eixos da PNAES, porém não podemos nos esquecer que a IFTO vem nós moldes da educação tecnicista, já na UFT, tem outra perspectiva, a da emancipação do sujeito, cabe ai analisar o porque há um número reduzido de bolsas, que acaba por não abarcar toda amplitude da PNAES.

Nesse sentido a IFTO se destaca quanto a sua abrangência, e além, dos programas de auxílio financeiro, há aqueles destinados a atender as dimensões, sociais, pedagógicas, psicológica e de saúde dos estudantes, e com abrangência mais ampla, fator que fortifica a relação entre os estudantes e as condições oferecidas para sua manutenção nos cursos de graduação. No que tange a construção de sujeitos emancipados, pessoas críticas e que questionam o sistema, a uma diferenciação entre os alunos das instituições. Ao entrevistar os alunos da IFTO ficou evidente a passividade em relação ao sistema e a falta de criticidade, quanto aos alunos entrevistados da UFT, podemos ver claramente a diferença, tanto nos questionamentos levantados através do questionário aplicado, quanto ao objeto da pesquisa, a maioria elogiou o estudo e falaram da necessidade dos gestores melhorarem o programa de assistência da UFT.

Ademais, ainda temos muito a avançar em todos os âmbitos da educação superior, conforme vimos, no curso histórico da educação superior no Brasil e da política de Assistência Estudantil, várias mudanças ocorreram, variações que não ficaram alheios as lutas e anseios do povo brasileiro e dos estudantes, que de forma incessante, através dos movimentos sociais, buscaram melhorias para a classe trabalhadora, tensionando os interesses puramente elitistas na busca por espaços para a classe trabalhadora.

Portanto a luta pelo amplo acesso a educação superior é a luta dos trabalhadores, mas também é a luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, portanto, a assistência estudantil é a operacionalização desse processo. Por meio de uma educação de qualidade, mesmo que corrompida pelo mercado de trabalho, pode fornecer condições adequadas a um crescimento profissional que possibilite ao trabalhador uma mudança na sua qualidade de vida.

De tal modo, analisando as subjetividades referente a questão emancipatória, pode se verificar que uma pessoa por meio da educação possa se tornar emancipada, não integralmente, mas de uma forma singular, individualizada, possibilitando ao cidadão mudança da sua própria realidade social.

Que independente da conjuntura posta, a luta social pela educação assume uma perspectiva de transformação da realidade, e manifesta sua leitura crítica de sociedade que desvela as contradições existentes no atual modelo societário, e permite ações no sentido de mudanças efetivas no rumo social da classe trabalhadora.

## REFERENCIAS

Adorno , T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, M. P. **Memórias Estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

AZEVEDO, A. **A Cultura Brasileira**. 5ª. Ed., revista e ampliada. São Paulo. Melhoramento, Editora da USP, 1971.

BRASIL. **Decreto nº 19851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em 05 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 10 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.17, de 09 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação 2001– 2010,2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis) >.

Acesso em 15 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acessado em 20 de março de 2017.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 10 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acessado em 05 de fevereiro de 2017.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar**. Curitiba, n. 28, p. 17-36. Editora UFPR, 2006.

FINATTI, E. B. e ALVES, J. M. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, G. G. et al. **Apoio Estudantil**: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários**. Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários**. Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES, 1997.

IFTO. **Cartilha de Assistência Estudantil na IFTO**. Palmas, 2014.

LACOMBE, A. J. A cultura jurídica. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, v. 3. O Brasil Monárquico: reações e transações. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

MAYORGA, C; COSTA, F. C. S; CARDOSO, T. L. Universidade Pública no Brasil: Entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, C. (Organizadora). **Universidade cindida, universidade em conexões: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 19-45.

MENDONÇA, A. W. A universidade no Brasil. In: **Revista brasileira de Educação**, maio/jun/jul/ago, 2000.

MENDONÇA, A. W. **Universidade e formação de professores**: uma perspectiva integradora. A Universidade de Educação, de Anísio Teixeira. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 1993.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPAIO, H; CARDOSO, R. **Estudantes Universitários e o Trabalho**. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_03.htm). Acesso em 20 de março de 2017.

SANCHES, R. R. **As políticas de assistência estudantil no Brasil**. Disponível em: <[revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/article/download/28/30](http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/article/download/28/30)> Acesso em 15 de maio de 2017.

SANTOS, S. M. de M. Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, I. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – centro de ciências jurídicas, econômicas e sociais, universidade católica de pelotas, Pelotas. 2012.

SOARES, M. S. **A Educação Superior no Brasil**. CAPES: Porto Alegre, 2002.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, 2016.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./ dez.2010

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, L. **História da Vida Privada no Brasil**, v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**APÊNDICE I – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA**

**APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**APÊNDICE I – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES  
PARTICIPANTES DA PESQUISA**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**

**Pesquisa: Um estudo comparativo entre as políticas de assistência estudantil da UFT e IFTO: a visão dos acadêmicos em evidência.**

**Orientadora: Prof. Msc. Silvia Regina da Silva Costa**

**QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES**

1. Quais os programas de assistência estudantil que você conhece aqui na instituição?
2. Quais os programas de assistência estudantil no qual você é beneficiário?
3. O valor do benefício é adequado ao atendimento de suas necessidades?
4. Quais as necessidades não são supridas com o benefício recebido?
5. Se você não fosse beneficiário da assistência estudantil, você teria condições de se manter como estudante universitário?
6. Como você tomou conhecimento do programa no qual você é beneficiário?
7. Como você define o nível de dificuldade de acesso a assistência estudantil na universidade, haja vista, os documentos necessários para solicitação do benefício, questionário socioeconômico e burocracia institucional.
8. De forma geral, como você avalia a atuação dos profissionais que operacionalizam a política de assistência estudantil na universidade (Técnicos, assistentes sociais, psicólogos e etc)?
9. Quais as suas críticas em relação a assistência estudantil da UFT/IFTO?
10. Quais os seus elogios em relação a assistência estudantil da UFT/IFTO?



## APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: “Um estudo comparativo entre as políticas de assistência estudantil da UFT e IFTO: a visão dos acadêmicos em evidência”.

Pesquisadora: *Juliana A. Resende Souza*.

Orientadora: Prof. Msc. Silvia Regina da Silva Costa

1. Natureza da pesquisa: A sra (sr.) está sendo convidada(o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade compreender A Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Palmas Tocantins e a influência que está política trás para a vida dos estudantes atendidos pelos auxílios.
2. Participantes da pesquisa: discentes devidamente matriculados nas Instituições Federais de Palmas Tocantins.
3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar desse estudo a sra (sr.) permitirá que a pesquisadora lhe faça uma entrevista, que será realizada no Campus Palmas – UFT e no Campus Palmas - IFTO, em horário previamente combinado. A sra (sr.) terá de um encontro com a pesquisadora para responder a um questionário aberto com 10 questões sobre A assistência estudantil nas Instituições Federais de Palmas Tocantins. No entanto, solicitamos sua colaboração para completar o responder as perguntas para podermos obter um resultado mais completo para a referida pesquisa. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (63) 99254- 8880.
4. Sobre as entrevistas: as entrevistas serão marcadas com a sra (sr.) com antecedência. Seguindo as orientações metodológicas da pesquisa, propõem -se que as entrevistas com a sra(sr.) sejam gravadas, para posteriormente serem transcritas.
5. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, as gravações serão identificadas com um código e não com o seu nome. Somente a pesquisadora e orientadora terão conhecimento dos dados.
7. Benefícios: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a identidade e cultura dos discentes indígenas. Ressaltamos, ainda, que será dada uma devolutiva aos discentes do campus, apresentando o trabalho no campus de Miracema após sua defesa.
8. Pagamento: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que seguem:

**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida,  
manifesto meu interesse em participar da pesquisa

---

Nome do Participante da Pesquisa

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

Assinatura do Participante

---

Silvia Regina da Silva Costa – Juliana Abrunhosa Resende Souza  
Responsáveis pela Pesquisa